



Centro de Documentação de Ílhavo

Guia dos Arquivos



Câmara Municipal de **Ílhavo**

Índice

I. Informação Institucional

II. Informação documental

a) Arquivos dos Órgãos Autárquicos

1. Câmara Municipal de Ílhavo (CMI)
2. Câmara Municipal da Vila e Couto da Ermida (CMVCE)
3. Assembleia Municipal de Ílhavo (AMI)
4. Conselho Municipal de Ílhavo (CONSMI)
5. Administração do Concelho de Ílhavo (ACI)
6. Capitania-mor das Ordenanças de Ílhavo (CMOI)

b) Arquivos de temática marítima

7. Associação dos Armadores da Pesca Longínqua (ADAPLA)
8. Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau (CRCB)
9. Brites, Vaz e Irmãos, Lda (BVI)
10. Estaleiros Mónica (EM)
11. Grémio dos Armadores dos Navios de Pesca de Bacalhau (GANPB)
12. Indústria Aveirense de Pesca (IAP)
13. Parceria Geral de Pescarias (PGP)
14. Octávio Lixa Filgueiras (OLF)
15. Porto de Aveiro (PA)
16. Américo Simões Teles (AST)
17. António Gomes da Rocha Madahil (AGRM)
18. Diários de bordo (DB)
19. Cartas náuticas (CN)
20. Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC)

I. Informação Institucional

O Centro de Documentação de Ílhavo (CDI) foi criado oficialmente em novembro de 2012 e consiste no conjunto dos fundos dos órgãos autárquicos do Município de Ílhavo e de temática marítima, tratando-se de um sistema pluricelular de grande complexidade.

Encontra-se fisicamente descentralizado, estando os arquivos dos órgãos autárquicos albergados no edifício dos Paços do Concelho e os arquivos de temática marítima no Centro de Investigação e Empreendedorismo do Mar (CIEMar Ílhavo), parte integrante do Museu Marítimo de Ílhavo, tutelado pela Câmara Municipal de Ílhavo.

a) Arquivos dos órgãos autárquicos (Edifício dos Paços do Concelho):

1. Câmara Municipal de Ílhavo (CMI);
2. Câmara Municipal da Vila e Couto da Ermida (CMVCE);
3. Assembleia Municipal de Ílhavo (AMI);
4. Conselho Municipal de Ílhavo (CONSMI);
5. Administração do Concelho de Ílhavo (ACI);
6. Capitania-Mor das Ordenanças de Ílhavo (CMOI);

b) Arquivos de temática marítima (Edifício do CIEMar Ílhavo)

7. Associação dos Armadores da Pesca Longínqua (ADAPLA);
8. Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau (CRCB);
9. Brites, Vaz & Irmão, Lda (BVI);
10. Estaleiros Mónica (EM);
11. Grémio dos Armadores dos Navios de Pesca de Bacalhau (GANPB);
12. Indústria Aveirense de Pesca (IAP);
13. Parceria Geral de Pescarias (PGP);
14. Octávio Lixa Filgueiras (OLF);
15. Porto de Aveiro (PA);
16. Américo Simões Teles (AST);
17. António Gomes da Rocha Madahil (AGRM);
18. Diários de Bordo (DB);
19. Cartas Náuticas (CN);
20. Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC)

O Centro de Documentação contém informação de interesse local, nacional e internacional na medida em que contém a história de Ílhavo, mar, ria, pesca, pesca do bacalhau, construção naval, processo de abertura da Barra de Aveiro, Porto de Aveiro, entre outros.

Missão: criar um centro de informação dinâmico de Ílhavo e sobre Ílhavo, sustentado pela utilização das novas tecnologias e destinado a todos os cidadãos.

Morada, contactos e horários:

Arquivos dos Órgãos Autárquicos

Avenida 25 de Abril | 3830-044 Ílhavo

(+351) 234 329 600 | cdi@cm-ilhavo.pt

Horário: Segunda a sexta-feira 8:30-12:30/13:30-17:30

Arquivos de Temática Marítima

Travessa Alexandre da Conceição | 3830-196 Ílhavo

(+351) 234 092 496 | cdi@cm-ilhavo.pt

Horário: Segunda a sexta-feira 9h00-13h00/14h00-18h00

II. Informação documental

a) Arquivos dos Órgãos Autárquicos

1. Câmara Municipal de Ílhavo (CMI)



Foral Manuelino de Ílhavo, 1514-03-08

CÓDIGO DE REFERÊNCIA
PT/CDI/CMI

TÍTULO
Câmara Municipal de Ílhavo
DATAS: 1296 | ____

NÍVEL DE DESCRIÇÃO
Fundo/Arquivo

DIMENSÃO
2 km.l.

SUPORTE
Papel, pergaminho, digital.

PRODUTOR
Câmara Municipal de Ílhavo

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA
As origens de Ílhavo ainda não foram devidamente aprofundadas, pelo que não se consegue apontar uma data precisa. Tanto quanto se sabe, Ílhavo já era mencionado em documentos de 1095.

Enquanto concelho, Ílhavo é-o, pelo menos, desde o séc. XIII, aquando da atribuição da carta de foral por D. Dinis, em 13 de Outubro de 1296.

O foral "velho" foi reafirmado por D.

Manuel I, em 8 de março de 1514, Foral de Leitura Nova, o qual regeu a vida concelhia até à lei de Mouzinho da Silveira, de 13 de agosto de 1832, que determinou a abolição dos forais.

Em 1895, por decreto de 21 de novembro, o concelho foi extinto e anexado ao de Aveiro.

Três anos mais tarde, Ílhavo recuperou a sua autonomia, por decreto de 13 de janeiro de 1898.

A 13 de julho de 1990, a vila de Ílhavo foi elevada a cidade, dando mais um passo importantíssimo na sua história concelhia.

Ao concelho pertencem, atualmente, quatro freguesias – S. Salvador, Gafanha da Nazaré, Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo, sendo um dos municípios com maior densidade populacional do distrito, tendo em conta a sua área.

Enquanto Sistema de Informação, a Câmara Municipal de Ílhavo classifica-se como um arquivo:

- ativo, visto que continua incessantemente a produzir informação;
- pluricelular, pois é composto por várias células orgânicas (secções e sub-secções);
- descentralizado, porque a documentação produzida pelos serviços encontra-se dispersa pelos vários edifícios municipais.

CONDIÇÕES DE ACESSO

O acesso a estes documentos rege-se pelo regulamento arquivístico em vigor.

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO

Guia e catálogo (parcial) do Centro de Documentação.

NOTA DO ARQUIVISTA:

O Arquivo da Câmara Municipal de Ílhavo encontra-se em permanente descrição.

DATA DE DESCRIÇÃO

2014

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA

A Câmara Municipal de Ílhavo, ao longo da sua existência, foi construindo o seu espólio documental, fruto da atividade dos seus serviços, entre 1296 e a atualidade.

Entre 21 de novembro de 1895 e 13 de janeiro de 1898, o concelho de Ílhavo esteve na dependência de Aveiro, pelo que não houve produção de documentação.

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA

Câmara Municipal de Ílhavo

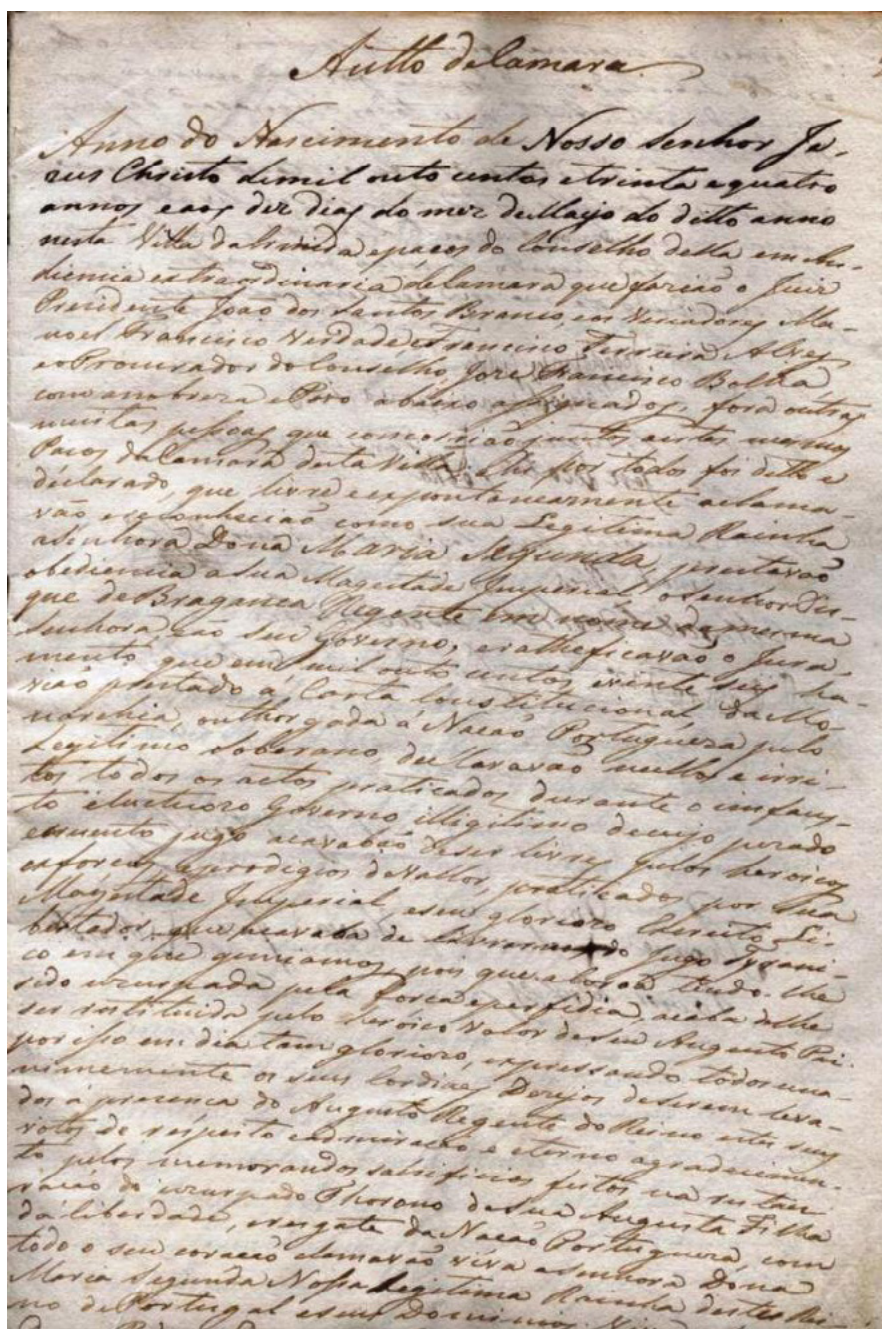
ÂMBITO E CONTEÚDO

O Arquivo da Câmara Municipal de Ílhavo reflete a atividade deste órgão no exercício das suas funções.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

O sistema de organização do arquivo da Câmara Municipal de Ílhavo baseia-se na representação das secções e sub-secções que a instituição deteve ao longo da sua existência, apresentando a documentação por elas produzida. Os critérios de organização são diversos e estão referenciados na descrição das séries e sub-séries existentes.

2. Câmara Municipal da Vila e Couto da Ermida (CMVCE)



CÓDIGO DE REFERÊNCIA
PT/CDI/CMVCE

TÍTULO

Câmara Municipal da Vila e Couto da Ermida

DATAS

1514? | 1834?

NÍVEL DE DESCRIÇÃO

Fundo / Arquivo

DIMENSÃO

0,32 m.l.

SUPORTE

Papel

PRODUTOR

Câmara Municipal da Vila e Couto da Ermida

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

A Ermida é, atualmente, um lugar da Freguesia de S. Salvador, concelho de Ílhavo, distrito de Aveiro, localizando-se, sensivelmente, a 3 Km da Cidade de Ílhavo, na direção Sul.

Apesar de ser um lugar pequeno, já teve em tempos estatuto de concelho, a ter em consideração o espólio documental herdado.

De acordo com PEREIRA, J. M. Esteves, 1872-1944 Portugal : Diccio-

nario historico, chorographico, biographico, bibliographico, heraldico, numismatico e artistico / Esteves Pereira, Guilherme Rodrigues. - Lisboa : João Romano Torres, 1904-1915. - 6 vols. : il. ; 28 cm ; -Vol. III: D-K. - 1090, [1] p, na pág. 165, a Ermida terá tido carta de foral, atribuída por D. Manuel I, em 8 de junho de 1514. No entanto, ainda não foi possível comprová-lo com o documento autêntico, sobre o qual nada se conhece.

Se for verdadeira a informação atrás mencionada, de que a Vila e Couto da Ermida teve carta foral em 1514, pode deduzir-se que esta foi concelho entre essa data e 1834 (?), data em que terá sido extinto e integrado no município de Ílhavo, de acordo com a documentação existente.

Apesar de ter existido enquanto município entre os séculos XVI (?) e XIX, a Ermida foi referenciada em documentos anteriores à constituição do reino de Portugal, nomeadamente em 1088, quando D. Sesnando concedeu a posse da Ermida de São Cristóvão, em Ribas Altas, ao Presbítero Rodrigo Honorigues, com a condição de este arrotear as terras envolventes e legá-las, aquando da sua morte, a outro eclesiástico.

Em 1095, cumprindo a condição que D. Sesnando lhe impusera, Rodrigo Honorigues doou a sua igreja à Sé de Coimbra. Esta igreja de S. Cristóvão mudaria mais tarde a sua invocação para Santiago. Todavia, o motivo e a data desta alteração ainda hoje são desconhecidos.

Em 1904, foi demolida a capela em honra de Santiago devido ao facto de ser necessário construir uma estrada que fizesse a ligação entre a Estrada Distrital nº 72 à estação de caminho-de-ferro das Quintãs.

Em sua substituição, foi erigida uma nova capela, inaugurada em 2 de outubro desse ano, sob a invocação de N^a Senhora do Rosário.

Outro grande aspeto que constitui a identidade da Ermida é o palácio da "Quinta do Paço", que foi propriedade dos Mouras Manoeis, Zeferino Rodrigues Candello, entre outros, tendo sido adquirida em 17 de março de 1812, por José Ferreira Pinto Basto, fundador da Real Fábrica de Porcelana da Vista Alegre (1824 -).

CONDIÇÕES DE ACESSO

O acesso a estes documentos rege-se pelo regulamento arquivístico em vigor.

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO

Guia; catálogo *online*.

DATA DE DESCRIÇÃO

2004

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA

A História custodial e arquivística da Câmara Municipal da Vila e Couto da Ermida é desconhecida, sabendo-se apenas que, com a extinção do concelho, a documentação terá sido transferida para a Câmara Municipal de Ílhavo, onde permanece.

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA

Extinção do concelho da Vila e Couto da Ermida e incorporação no concelho de Ílhavo.

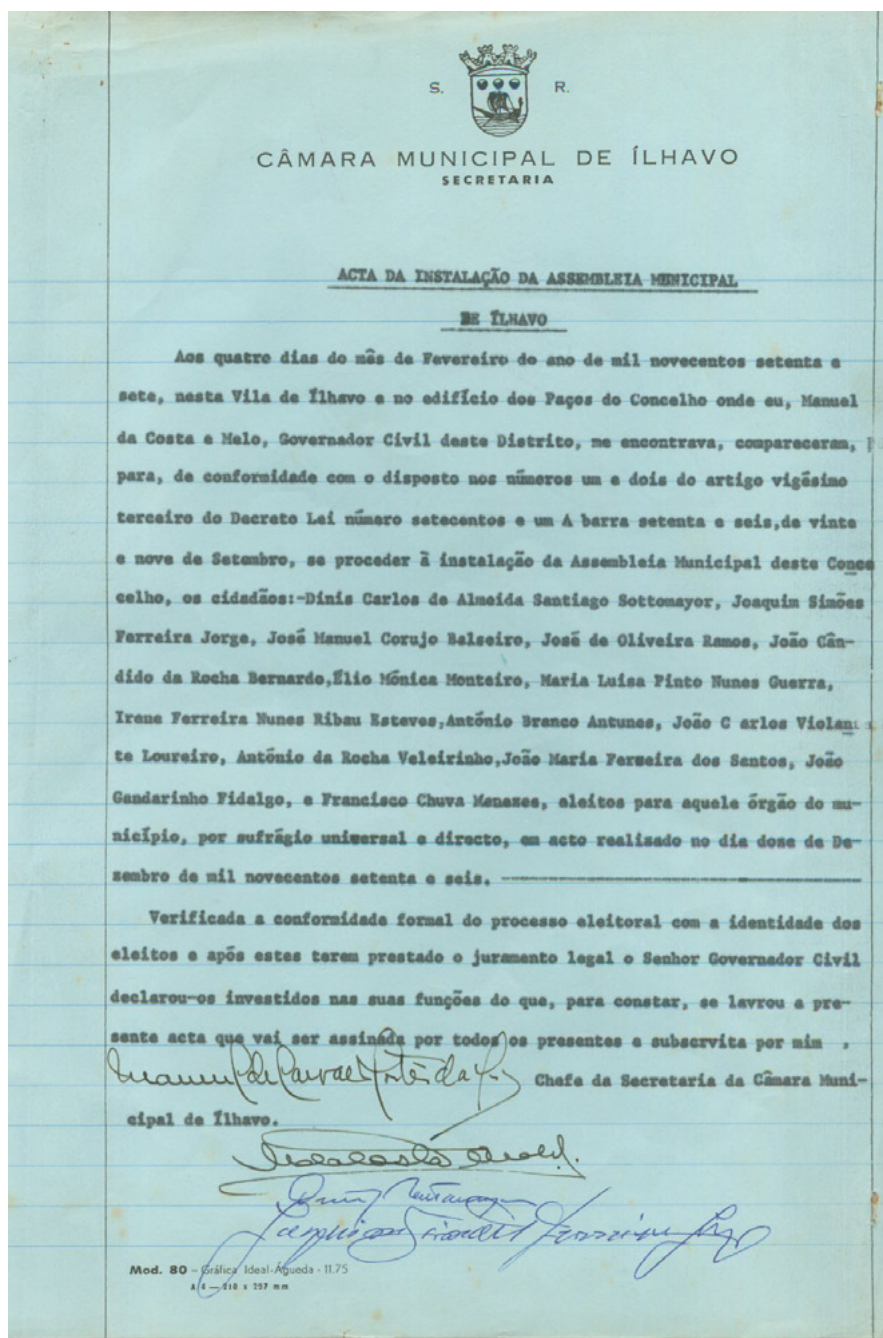
ÂMBITO E CONTEÚDO

A documentação reflete a atividade da Câmara Municipal da Vila e Couto da Ermida no decorrer das suas funções.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

Os documentos estão organizados por séries documentais.

3. Assembleia Municipal de Ílhavo (AMI)



CÓDIGO DE REFERÊNCIA
PT/CDI/AMI

TÍTULO
Assembleia Municipal de Ílhavo

DATAS
1977-02-04 I

NÍVEL DE DESCRIÇÃO
Fundo/Arquivo

DIMENSÃO
4 m.l.

SUPORTE
Papel, digital.

PRODUTOR
Assembleia Municipal de Ílhavo

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA
A Constituição de 1976 determinou que as autarquias locais fossem "pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas.", sendo que as categorias previstas seriam as freguesias, os municípios e as regiões administrativas. As assembleias municipais passaram a ser o órgão deliberativo dos municípios.

É neste contexto constitucional pós-revolução de abril de 74 que as Assembleias Municipais foram criadas.

A Assembleia Municipal de Ílhavo foi instalada pela primeira vez a quatro de fevereiro de 1977. Após a Constituição de 1976, as Assembleias Municipais foram sofrendo alterações legais, nomeadamente com a Lei nº 79/77, de 25 de outubro, Decreto-lei nº 100/84, de 29 de março, Lei nº 87/89, de 9 de setembro, Decreto-lei nº 5/91, de 8 de janeiro, Lei nº 27/96, de 1 de agosto, Lei nº 169/99, de 18 de setembro e Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Atualmente, a Assembleia Municipal de Ílhavo é constituída por 21 membros eleitos por sufrágio direto, secreto e universal do colégio eleitoral do município e pelos presidentes de juntas de freguesia da Gafanha do Carmo, Gafanha da Encarnação, Gafanha da Nazaré e S. Salvador.

As suas competências são as seguintes:

- eleger, por voto secreto, o presidente da mesa e os dois secretários;
- elaborar e aprovar o seu regimento;
- acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal;
- acompanhar, com base em informação útil da câmara, facultada em tempo oportuno, a

atividade desta e os respectivos resultados, nas associações e federações de municípios, empresas, cooperativas, fundações ou outras entidades em que o município detenha alguma participação no respetivo capital social ou equiparado;

- apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, informação essa que deve ser enviada ao presidente da mesa da assembleia com a antecedência de cinco dias sobre a data do início da sessão, para que conste da respetiva ordem do dia;
- solicitar e receber informações, através da mesa, sobre assuntos de interesse para a autarquia e sobre a execução de deliberações anteriores, o que pode ser requerido por qualquer membro em qualquer momento;
- aprovar referendos locais, sob proposta quer de membros da assembleia, quer da câmara municipal, quer dos cidadãos eleitores, nos termos da lei;
- apreciar a recusa, por ação ou omissão, de quaisquer informações e documentos, por parte da câmara municipal ou dos seus membros, que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização;
- conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos, resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços municipais;
- deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para estudo dos problemas relacionados com as atribuições próprias da autarquia, sem interferência no funcionamento e na atividade normal da câmara;
- votar moções de censura à câmara municipal, em avaliação da ação desenvolvida pela mesma ou por qualquer dos seus membros;
- discutir, a pedido de quaisquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição;
- elaborar e aprovar, nos termos da lei, o regulamento do conselho municipal de segurança;
- tomar posição perante os órgãos do poder central sobre assuntos de interesse para a autarquia;
- deliberar sobre recursos interpostos de marcação de faltas injustificadas aos seus membros;
- pronunciar-se e deliberar sobre assuntos que visem a prossecução das atribuições da autarquia;
- exercer outras competências que lhe sejam conferidas por lei.

Compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da câmara:

- aprovar as posturas e regulamentos do município com eficácia externa;
- aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões;
- apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
- aprovar ou autorizar a contratação de empréstimos nos termos da lei;
- estabelecer, nos termos da lei, taxas municipais e fixar os respetivos quantitativos;
- fixar anualmente o valor da taxa da contribuição autárquica incidente sobre prédios urbanos, bem como autorizar o lançamento de derramas para reforço da capacidade financeira ou no âmbito da celebração de contratos de reequilíbrio financeiro, de acordo com a lei;
- pronunciar-se, no prazo legal, sobre o reconhecimento, pelo Governo, de benefícios fiscais no âmbito de impostos cuja receita reverte exclusivamente para os municípios;
- deliberar em tudo quanto represente o exercício dos poderes tributários conferidos por lei ao município;
- autorizar a câmara municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, fixando as respetivas condições gerais, podendo determinar, nomeadamente, a via da hasta pública, bem como bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto no n.º 9 do artigo 64.º;
- municipalizar serviços, autorizar o município, nos termos da lei, a criar fundações e empresas

municipais e a aprovar os respetivos estatutos, bem como a remuneração dos membros dos corpos sociais, assim como a criar e participar em empresas de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos, fixando as condições gerais da participação;

- autorizar o município, nos termos da lei, a integrar-se em associações e federações de municípios, a associar-se com outras entidades públicas, privadas ou cooperativas e a criar ou participar em empresas privadas de âmbito municipal que prossigam fins de reconhecido interesse público local e se contenham dentro das atribuições cometidas aos municípios, em quaisquer dos casos fixando as condições gerais dessa participação;
- aprovar, nos termos da lei, a criação ou reorganização de serviços municipais;
- aprovar os quadros de pessoal dos diferentes serviços do município, nos termos da lei;
- aprovar incentivos à fixação de funcionários, nos termos da lei;
- autorizar, nos termos da lei, a câmara municipal a concessionar, por concurso público, a exploração de obras e serviços públicos, fixando as respetivas condições gerais;
- fixar o dia feriado anual do município;
- autorizar a câmara municipal a delegar competências próprias, designadamente em matéria de investimentos, nas juntas de freguesia;
- estabelecer, após parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a constituição do brasão, selo e bandeira do município e proceder à sua publicação no Diário da República.

É ainda da competência da assembleia municipal, em matéria de planeamento, sob proposta ou pedido de autorização da câmara municipal:

- aprovar os planos necessários à realização das atribuições municipais;
- aprovar as medidas, normas, delimitações e outros atos, no âmbito dos regimes do ordenamento do território e do urbanismo, nos casos e nos termos conferidos por lei.

É também da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal:

- deliberar sobre a criação e a instituição em concreto do corpo de polícia municipal, nos termos e com as competências previstos na lei;
- deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal, nos termos e condições previstos na lei;
- deliberar sobre a criação do conselho local de educação, de acordo com a lei;
- autorizar a geminação do município com outros municípios ou entidades equiparadas de outros países;
- autorizar os conselhos de administração dos serviços municipalizados a deliberar sobre a concessão de apoio financeiro, ou outro, a instituições legalmente constituídas pelos seus funcionários, tendo por objeto o desenvolvimento das atividades culturais, recreativas e desportivas, bem como a atribuição de subsídios a instituições legalmente existentes, criadas ou participadas pelos serviços municipalizados ou criadas pelos seus funcionários, visando a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares.

A Assembleia Municipal é um órgão da administração local ativo, pluricelular e centralizado.

CONDIÇÕES DE ACESSO

O acesso a estes documentos rege-se pelo regulamento arquivístico em vigor.

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO

Guia

NOTA DO ARQUIVISTA

Fundo não tratado arquivisticamente.

DATA DE DESCRIÇÃO

2014

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA

A informação produzida pela Assembleia Municipal de Ílhavo encontra-se sob a custódia do Centro de Documentação de Ílhavo, sendo que a documentação produzida pelo último mandato encontra-se com o secretário e sob a sua responsabilidade.

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA

Assembleia Municipal de Ílhavo

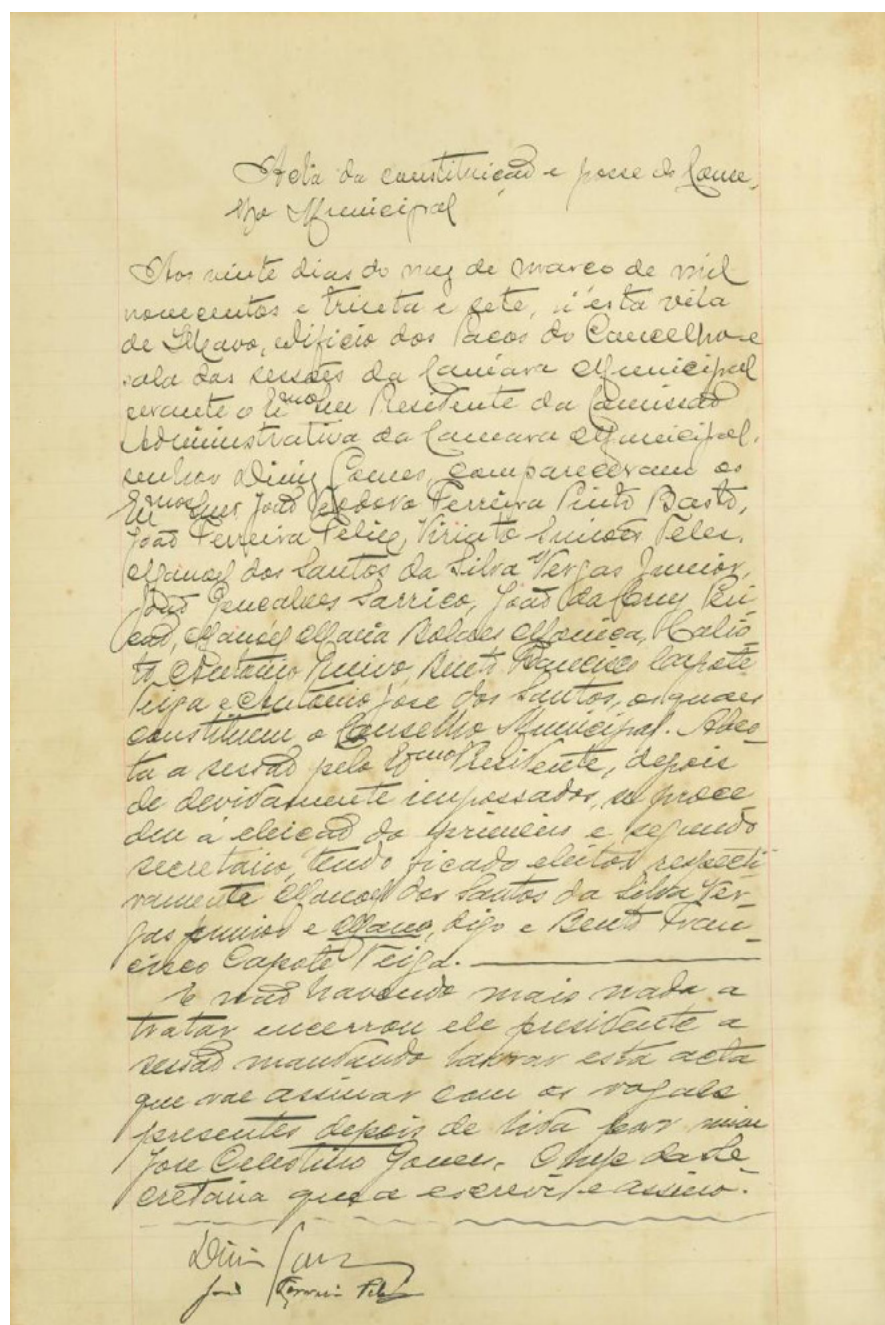
ÂMBITO E CONTEÚDO

O arquivo da Assembleia Municipal é constituído por atas, correspondência recebida e expedida e respetivos registos, documentos das reuniões e regimentos.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

O Arquivo da Assembleia Municipal de Ílhavo está organizado por série.

4. Conselho Municipal de Ílhavo (CONSMI)



CÓDIGO DE REFERÊNCIA

PT/CDI/CONSMI

TÍTULO

Conselho Municipal de Ílhavo

DATAS

1937 | 1982

NÍVEL DE DESCRIÇÃO

Arquivo/Fundo

DIMENSÃO

0,5 m.l.

SUPORTE

Papel

PRODUTOR

Conselho Municipal de Ílhavo

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

O Conselho Municipal foi um órgão consultivo que coexistiu com a Câmara Municipal, prestando-lhe auxílio em termos de aconselhamento e consultadoria.

O Conselho Municipal começou por apresentar uma composição muito simples e linear, sendo constituído por vogais, que eram os eleitores que pagavam a maior cota de décima no concelho.

Tal como a composição, as suas

atribuições também começaram por ser muito simples, competindo-lhe discutir e resolver conjuntamente com a Câmara, em sessão pública, sobre contração de empréstimos e hipotecas, estabelecimento de contribuições municipais diretas e indirectas e discussão sobre o orçamento da receita e despesa do município.

A evolução deste órgão concelhio pode ser analisada nos sucessivos códigos administrativos.

Segundo a Lei nº 79/77, de 25 de outubro, a última a pronunciar-se sobre este órgão autárquico, pode avaliar-se a composição e competências do mesmo.

De acordo com a lei supra citada, o Conselho era constituído pelos representantes das organizações económicas, sociais, culturais e profissionais, que tivessem sede no município, ou nele exercessem atividade, e pelos representantes dos trabalhadores do município.

O número de membros do conselho municipal deveria ser inferior ao número de membros eleitos da assembleia municipal, mas nunca inferior a dez, e não poderia ultrapassar o limite de dois membros por cada organização representada.

O Conselho Municipal elegia, por escrutínio secreto, de entre os seus membros, um presidente e dois secretários. O período do mandato dos membros do conselho municipal era de um ano, cessando, no entanto, as suas funções nos casos de dissolução da assembleia municipal.

Nesta altura, eram competências do conselho municipal: elaborar o regimento, formular, a pedido de outros órgãos municipais, e no prazo por eles fixado, propostas e pareceres relativamente a quaisquer assuntos de interesse para o município, pronunciar-se sobre o plano anual de atividades e sobre o relatório e contas a apresentar pela Câmara à Assembleia Municipal, emitir parecer sobre o plano diretor do município, pronunciar-se sobre projetos de posturas e regulamentos, exercer os demais poderes que lhe fossem conferidos por lei ou por deliberação da Assembleia Municipal.

Os pareceres e propostas emitidos pelo Conselho municipal não eram vinculativos, mas era obrigatória a sua audiência sobre determinadas matérias.

A intervenção do plenário para emissão de parecer sobre o plano anual de atividades, relatório e contas da Câmara Municipal e sobre o plano diretor do município era obrigatória.

O arquivo do Conselho Municipal de Ílhavo detém informação entre 1937 e 1982.

CONDIÇÕES DE ACESSO

O acesso aos documentos rege-se pelo regulamento arquivístico em vigor.

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO

Inventário, catálogo *online*.

DATA DE DESCRIÇÃO

2014.

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA

Desconhecida.

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA

Desconhecida.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Consiste na documentação produzida pelo Conselho Municipal de Ílhavo, nomeadamente:

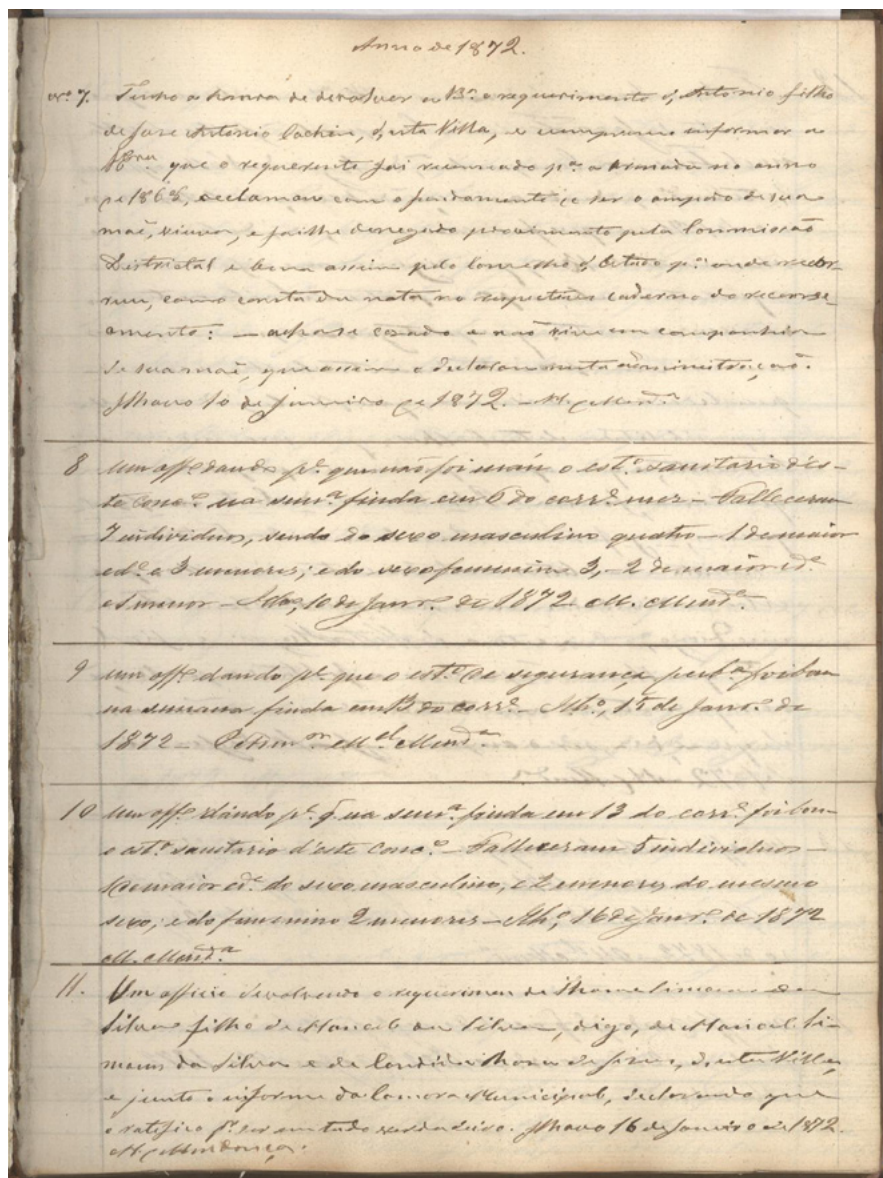
- Atas da eleição do representante das ordens ao Conselho Municipal; atas do CONSMI; convocações, adiamentos e marcações das reuniões; documentos das atas; instalações e perdas de mandato.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

Os documentos encontram-se organizados por série e, dentro da mesma, por ordem cronológica.

5. Administração do Concelho de Ílhavo (ACI)

Registo de correspondência da Administração do Concelho, 1872



CÓDIGO DE REFERÊNCIA
PT/CDI/ACI

TÍTULO
Administração do Concelho de Ílhavo

DATAS
1836 – 1937

NÍVEL DE DESCRIÇÃO
Fundo/Arquivo

DIMENSÃO
3 M.L.

SUPORTE
Papel, digital.

PRODUTOR
Administração do Concelho de Ílhavo

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA
A Administração do Concelho foi um órgão criado por Carta de Lei de 25 de abril de 1835, tendo sido desenvolvido e aprofundado pelo Decreto de 18 de julho 1835. Era superentendido por um magistrado administrativo, o Administra-

dor do Concelho, que representava o Governo Central na Administração Municipal.

Os Administradores dos Concelhos vieram desempenhar as funções dos Provedores, substituindo-os. Hierarquicamente, encontravam-se na dependência dos Governadores Civis a quem prestavam contas.

As competências da Administração do Concelho, na figura do seu Administrador, eram:

- implementar as ordens e instruções do Governador Civil;
- dirigir trabalhos públicos;
- providenciar o fornecimento de bestas e meios de transporte de militares;
- superintender e vigiar a polícia;
- inspecionar escolas;
- proteger a indústria e as artes;
- recrutar militares;
- recensear a população;
- emitir e visar passaportes;
- passar bilhetes de residência;
- inspecionar prisões;
- intender a polícia;
- manter a ordem no exercício dos cultos, festas e espetáculos;
- inspecionar pesos e medidas;

- executar leis e regulamentos sobre licenças de uso de armas;
- acautelar os bons costumes e moral públicos;
- cumprir as leis e regulamentos relativos a mendigos, vadios e vagabundos;
- fornecer ao Governo Civil informação sobre o lançamento da décima;
- esclarecer sobre deliberações e posturas da Câmara;
- proteger os cidadãos contra excessos e abusos de autoridade;
- providenciar as medidas sanitárias;
- redação e guarda dos livros de registo civil, nomeadamente nascimentos, casamentos e óbitos;
- etc.

As competências dos Administradores foram acompanhando as necessidades da sociedade civil, as quais podem ser vislumbradas nos sucessivos códigos administrativos, competências essas que foram sendo, gradualmente, retiradas e encaminhadas para outros órgãos administrativos.

Em 1924, com o Decreto nº 9356, de 8 de janeiro, o cargo de Administrador do Concelho foi suprimido, permitindo, todavia, que este exercesse as suas funções, mas a título gracioso, com a autorização do Governo e de acordo com os Governadores Civis. Em 1927, por Decreto nº 14 812, de 31 de dezembro, foram extintos os serviços das administrações dos concelhos, podendo manter-se, no entanto, nos que não fossem sede de distrito. Ílhavo inseria-se nesse rol.

Os Administradores dos Concelhos viriam a ser definitivamente suprimidos pelo Código Administrativo de 1936, continuando, todavia, a exercer até 31 de dezembro de 1937.

Com a extinção dos Administradores dos Concelhos, as suas competências foram totalmente transferidas para os Presidentes das Câmaras Municipais que passaram, em simultâneo, a ser chefes da Administração Municipal e delegados da Administração Central.

Os Administradores dos Concelhos existiram entre 1835 e 1937.

CONDIÇÕES DE ACESSO

O acesso a estes documentos rege-se pelo regulamento arquivístico em vigor.

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO

Guia, catálogo *online*.

DATA DE DESCRIÇÃO

2011

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA

O arquivo da Administração do Concelho de Ílhavo encontra-se no Centro de Documentação de Ílhavo, não se conhecendo a história custodial e arquivística anterior.

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA

Desconhecida.

ÂMBITO E CONTEÚDO

O arquivo da Administração do Concelho de Ílhavo é constituído pelas seguintes séries:

- Atas da instalação da Sociedade Filial Agrícola, 1855 - 1865;
- Autos de sanidade dos funcionários da Câmara Municipal de Ílhavo, 1899;
- Copiador geral de correspondência expedida, 1929 - 1941;
- Copiador de correspondência expedida pela 1ª repartição, 1840 - 1909;
- Copiador de correspondência expedida pela 2ª repartição, 1840 - 1920;
- Copiador de correspondência expedida pela 3ª repartição, 1872 - 1875;
- Copiador de correspondência expedida pela 4ª repartição, 1856 - 1929;
- Inventário de documentos da Secção Administrativa da Câmara Municipal de Ílhavo, 1931;

- Juramentos e posses, 1927 - 1937;
- Processos de fiscalização de legados pios, 1889 - 1939;
- Registo de reservistas do exército, 1884 - 1891;
- Registos de autos de abertura de testamentos cerrados, 1871 - 1934;
- Registos de carros de cavalos, camionetas e automóveis, 1926 - 1939;
- Registos de carros de transporte de passageiros, 1894 - 1930;
- Registos de cartas e diplomas, 1867 - 1936;
- Registos de editais, 1880 - 1915;
- Registos de licenças, 1900 - 1922;
- Registos de licenças de uso e porte de armas de caça, 1927 - 1948;
- Registos de passaportes, 1836 - 1841;
- Registos de responsabilidade, identidade, idoneidade e fiança, 1922 - 1939;
- Registos de termos de fiança ao serviço militar, 1911 - 1922;
- Registos de testamentos, 1854 - 1932;
- Registos dos resultados dos exames do curso elementar de instrução primária, 1882 - 1891;
- Registos vacínicos, 1880 - 1888.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

A documentação encontra-se organizada por séries documentais e, dentro das mesmas, por ordem cronológica.

6. Capitania-mor das Ordenanças de Ílhavo (CMOI)

Livro de registo dos fogos e moradores no distrito da Capitania-mor das Ordenanças de Ílhavo, 1832-04-15



CÓDIGO DE REFERÊNCIA:
PT/CDI/CMOI

TÍTULO
Capitania-mor das Ordenanças de Ílhavo

DATAS
1827 – 1832

NÍVEL DE DESCRIÇÃO
Fundo/ Arquivo

DIMENSÃO
0,5 ml

SUPORTE
Papel

PRODUTOR
Capitania-mor das Ordenanças de Ílhavo

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA
As Ordenanças eram uma organização militar local, cujo grande objetivo era defender as cidades, vilas, honras do Reino de Portugal. A sua história remonta ao reinado de D. Manuel I e consiste numa tentativa de criação de um exército nacional, tentativa essa continuada por D. João III, seu sucessor, através da criação de uma

estrutura de recrutamento e mobilização territorial. No entanto, quer uma quer outra não obtiveram grande sucesso.

Foi D. Sebastião I, o monarca "Desejado", que criou o Regimento das Capitánias-Mores das Ordenanças, em 10 de dezembro de 1570, que mais não eram que um modelo de organização militar local, que esteve em vigor até ao fim da monarquia absoluta.

Este regimento criou as companhias-mores que se subdividiam em companhias de ordenanças, tendo na sua base uma terra, vila, concelho, honra, etc.

Nas terras onde houvesse um donatário ou alcaide-mor, esse seria o Capitão-mor por inerência. Nas terras onde estes não existissem, competia às câmaras municipais a sua eleição, devendo a mesma ser confirmada pelos corregedores ou procuradores.

O Capitão-mor tinha a incumbência de nomear as companhias, que deveriam ser compostas por 250 homens, divididas em 10 esquadras, as quais eram comandadas por um capitão, um alferes, um sargento e 10 cabos de esquadra. Para além destes elementos existiam ainda um meirinho e um escrivo. No sentido de explicitar e alargar a todo o reino as normativas presentes no regimento de 1570, foi publicada pelo mesmo monarca a provisão sobre as ordenanças, em 15 de maio de 1574.

Esta provisão veio determinar que nas localidades onde apenas existisse uma companhia de ordenanças deixaria de haver um Capitão-mor e os oficiais passariam a estar isentos de obediência

aos seus senhores. Esta medida fez com que as ordenanças deixassem de estar na dependência das câmaras ou donatários, tornando-se dependentes da Coroa.

As ordenanças decaíram entre 1580 e 1640, durante a União Ibérica. Contudo, depois da restauração da independência, D. João IV reativa-as como forma de reestabelecer a organização militar. Em 1764, os Capitães-mores passam a ser escolhidos pelos Governadores das armas, deixando a sua designação de ser da responsabilidade das Câmaras Municipais.

Em 1831, por Decreto de 24 de março, as ordenanças foram definitivamente substituídas pela Guarda Nacional.

Em Ílhavo, o arquivo das ordenanças contempla documentação entre 1827 e 1831/32.

CONDIÇÕES DE ACESSO

O acesso a estes documentos rege-se pelo regulamento arquivístico em vigor.

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO

Guia, catálogo *online*

DATA DE DESCRIÇÃO

2014

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA

Desconhecida.

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA

Desconhecida.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Contém livros de registo dos fogos e moradores no distrito da 1^a, 2^a, 3^a e 4^a Companhias, entre 1827 e 1832.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

Os documentos encontram-se organizados por ordem de companhia e ordem alfabética.

b) Arquivos de temática marítima

7. Associação dos Armadores da Pesca Longínqua (ADAPLA)

ARRASTÕES
1979

223

NAVIOS	PARTIDA	CHEGADA	PARTIDA	CHEGADA
ADÉLIA MARIA	22/2/79			
AGUAS SANTAS	18/1/79			
ALDA PEIXOTO				
ALVARO MARTINS HOMEM				
ANTONIO PASCOAL				
BRITES	23/2/79			
CAP. JOÃO VILARINHO	18/1/79			
CIDADE AVEIRO				
COIMBRA				
DAVID MELGUEIRO	15/11/78			
ELIZABETH	29/11/78			
ESTEVÃO GOMES	10/1/79			
FERNANDES LAYANORA				
INACIO CUNHA	28/2/79			
INWETA	18/1/79			
JOÃO ALVARES TAVANDES	5/1/79			
JOÃO FERREIRA	6/2/79			
JOÃO MARTINS				
LUIS FERREIRA CARVALHO				
LUTANHA				
MARIA TEIXEIRA VILARINHO	11/11/79	Em transferência	11/11/79	
MARINHA				
MARTELEZA	10/1/79			
NAVIGANTE				
NOSSA SENHORA DA VICTÓRIA	11/11/79	79 - REDES EMALHAS	11/11/79	
PEDRO DE BARCELOS				
SAM TIAGO	29/1/79			
SANTA CRISTINA	2/3/79			
SANTA ISABEL				
SANTA JOANA	21/2/79			
SANTA MARFALDA	21/2/79			
SANTA MARIA MADALENA	25/1/78	18/2/79		
SÃO GONÇALVES				
SENHORA DAS MARÉNTES				
SENHORA DAS CANDEIAS	2/3			
SENHORA DO MAR				
VILA DO CONDE	25/1/79			

CÓDIGO DE REFERÊNCIA
PT/CDI/ADAPLA

TÍTULO

ADAPLA: Associação dos Armadores de Pesca Longínqua

DATAS

1974 – 1995?

NÍVEL DE DESCRIÇÃO

Fundo/Arquivo

DIMENSÃO

78.75 m.l.

SUPORTE

Papel

PRODUTOR

ADAPLA: Associação dos Armadores de Pesca Longínqua

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

A Associação dos Armadores de Pesca Longínqua, ADAPLA, surgiu num contexto pós-revolucionário como uma associação de armadores de navios de pesca do bacalhau cujo objeto consistia em representar o setor na defesa dos seus direitos, resolvendo os problemas que surgissem no âmbito

da indústria da pesca, estabelecendo um contacto estreito com o governo, contrariando o que havia acontecido durante o Estado Novo.

Foi constituída por escritura pública de 30 de outubro de 1974, nas notas do 1º Cartório Notarial de Lisboa, tendo efetuado o depósito dos estatutos no Ministério do Trabalho em dezembro do mesmo ano.

A sua primeira assembleia geral decorreu em 15 de novembro de 1974 com o objetivo de eleger os corpos gerentes, bem como os representantes dos centros de armamento.

Os seus corpos gerentes eram, nesse ano de 1974, os seguintes:

- a Assembleia Geral, constituída pelo Presidente, da Empresa de Pesca "S. Jacinto, Lda", Vice-Presidente, da Sociedade Nacional dos Armadores de Bacalhau e Secretário, da Empresa de Pesca Ribau, Lda;
- a Direção, composta pelos Armazéns José Luis da Costa & Cª, Lda; Testa & Cunhas, Lda; e Tavares Mascarenhas, Neves & Vaz, Lda;
- o Conselho Fiscal, constituído pela empresa José Maria Vilarinho, Lda; Empresa de Pesca de Viana e a Lusitânia Companhia Portuguesa de Pesca.

Relativamente aos Centros de Armamento, Aveiro tinha como representante a Empresa de Pesca de Aveiro; Figueira da Foz, a Sociedade de Pesca Oceano, Lda; Lisboa, a Sociedade Nacional de Armadores do Bacalhau e Viana do Castelo, a Empresa de Pesca de Viana.

Apesar de a ADAPLA ter surgido com a esperança de constituir uma associação de luta pelos interesses dos armadores e da indústria de pesca, estabelecendo relações de proximidade com as autoridades centrais, o seu objetivo não foi alcançado, pois a ligação com o Governo que se antevia, não se verificou. Muito pelo contrário.

Com o fim do corporativismo do Estado Novo, os armadores tiveram a esperança de dispor do fundo social, para o qual contribuíram vários anos. No entanto, não só não tiveram direito ao fundo, como também continuaram com a obrigatoriedade de continuar a pagar as taxas, de acordo com o Decreto-Lei nº 443/74, de 12 de setembro.

Estas relações, inicialmente promissoras, acabaram por não surtir o efeito desejado para associação dos armadores, cujo processo de extinção se viria a verificar, em 1995, através de uma Comissão Liquidatária, a qual viria a ofertar a documentação da Associação ao então Museu Marítimo e Regional de Ílhavo.

CONDIÇÕES DE ACESSO

O acesso a estes documentos rege-se pelo regulamento arquivístico em vigor.

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO

Guia, recenseamento.

DATA DE DESCRIÇÃO

2014

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA

A Comissão Liquidatária da ADAPLA ofereceu o espólio documental, em 1995, ao então Museu Marítimo e Regional de Ílhavo.

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA

Comissão liquidatária da ADAPLA.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Consiste na documentação produzida pela Associação dos Armadores de Pesca Longínqua no exercício da sua atividade, a qual é composta por monografias, correspondência, diários, viagens, documentos de caixa, circulares, s/ navios, pesca e legislação.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

Por número de referência.

8. Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau (CRCB)

Cartaz da "Exposição dos 50 anos da CRCB



CÓDIGO DE REFERÊNCIA
PT/CDI/CRCB

TÍTULO
Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau

DATAS
1934 | 1986

NÍVEL DE DESCRIÇÃO
Fundo/Arquivo

DIMENSÃO
340 m.l.

SUPORTE
Papel, vegetal, vidro, beta, cd.

PRODUTOR

CRCB: Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

A Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau (CRCB) foi criada em 1934, pelo DL nº 23 968, de 5 de junho e extinta em 1986, pelo DL nº 224/86, de 12 de agosto.

Consistiu num organismo de coordenação económica, na dependência do Ministério do Comércio e da Indústria.

Na sua génese, em 1934, a CRCB tinha as seguintes competências:

- analisar a quantidade de bacalhau nacional produzida e a necessidade de consumo, no sentido de calcular, periodicamente, a percentagem de importação de bacalhau a efetuar;
- proceder à venda e liquidação do bacalhau pescado por armadores nacionais;
- determinar em que moldes se deveriam processar as operações sobre o bacalhau, nomeadamente o regime normal e o regime especial e transitório, bem como as importações;
- organizar os serviços de fiscalização necessários ao cumprimento das disposições que regulavam o comércio do bacalhau até à venda ao público;
- estudar os tipos e características dos navios de pesca do bacalhau e incentivar o aumento da frota nacional;
- promover a assistência aos navios bacalhoeiros e às respetivas tripulações, por si própria em cooperação com os serviços do Ministério da Marinha e com os organismos corporativos interessados.

No entanto, a longa existência da CRCB, 52 anos, determinou a existência inúmeras alterações ao nível das suas competências. Em 1967, pela Portaria nº 22 790, de 22 de julho foi determinada a liberalização do comércio de bacalhau através da abolição da tabela de preços e da concessão de permissão aos armazenistas para efetuarem importações a título individual, propiciou a desregulação do mercado interno e a subida das cotações internacionais do bacalhau, mudando as funções deste organismo, que até aqui era apenas coordenador. A CRCB passou assim a intervir diretamente no mercado, efetuando importações, no sentido de regularizar o abastecimento. Mais tarde, em 1974, a Comissão volta a deter novamente a função das importações em regime de exclusividade, fazendo a distribuição do bacalhau por grosso e a retalho, cumprindo, no entanto, as normativas para controlo dos preços.

No início dos anos 80, com a antevisão da adesão de Portugal à C.E.E., as funções da CRCB começaram a tornar-se incompatíveis com a legislação que, entretanto, se publicava. A sua extinção tornou-se, por conseguinte, inevitável, tendo vindo a verificar-se em 1986, pelo DL nº 224/86, de 12 de agosto, que criava, para o efeito, uma Comissão Liquidatária, para gerir o património do organismo coordenador.

Com o fim da CRCB, o mercado nacional de bacalhau acentuou a crise.

No sentido de remediar a situação, foi constituída a CRCB – Companhias Reunidas de Congelados e Bacalhau, S.A. pelo DL nº 225/86, também ele de 12 de agosto.

Esta nova empresa tinha por objeto o comércio, importação e exportação de pescado e por objetivo manter a capacidade de negociação nos mercados estrangeiros.

Apesar dos esforços, esta empresa de capitais públicos acabaria por, rapidamente, ser abalada pelo crescimento da iniciativa privada no que respeita ao comércio dos produtos da pesca. A CRCB, S.A. acabou por não suportar a pressão, tendo sido extinta pelo DL nº 151-A/97, mesmo antes de a Comissão Liquidatária concluir o processo para o qual tinha sido incumbida.

CONDIÇÕES DE ACESSO

O acesso a estes documentos rege-se pelo regulamento arquivístico em vigor.

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO

Guia, recenseamento.

NOTA DO ARQUIVISTA:

Arquivo em fase de descrição.

DATA DE DESCRIÇÃO

2012

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA

O fundo começou por ser depositado pela comissão liquidatária a título precário conforme ofício da DGPE, nº 13917 nos termos o art.º 6 do Dec. Lei 24489 de 13/7/, autorizado em 19/4/94 pelo of. 13917, da Direção-geral do Património e no Dec. Lei nº 28/99, de 29/1, no art.º. 2, alínea nº 2 afeta ao Museu na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Ílhavo, através do Museu Marítimo de Ílhavo.

Documentação produzida pela C.R.C.B. e incorporada no depósito do Museu Marítimo de Ílhavo em três momentos diferentes: o primeiro foi em 1994, o segundo em 1996 (?) e o terceiro em 1999.

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA

Comissão Liquidatária da CRCB.

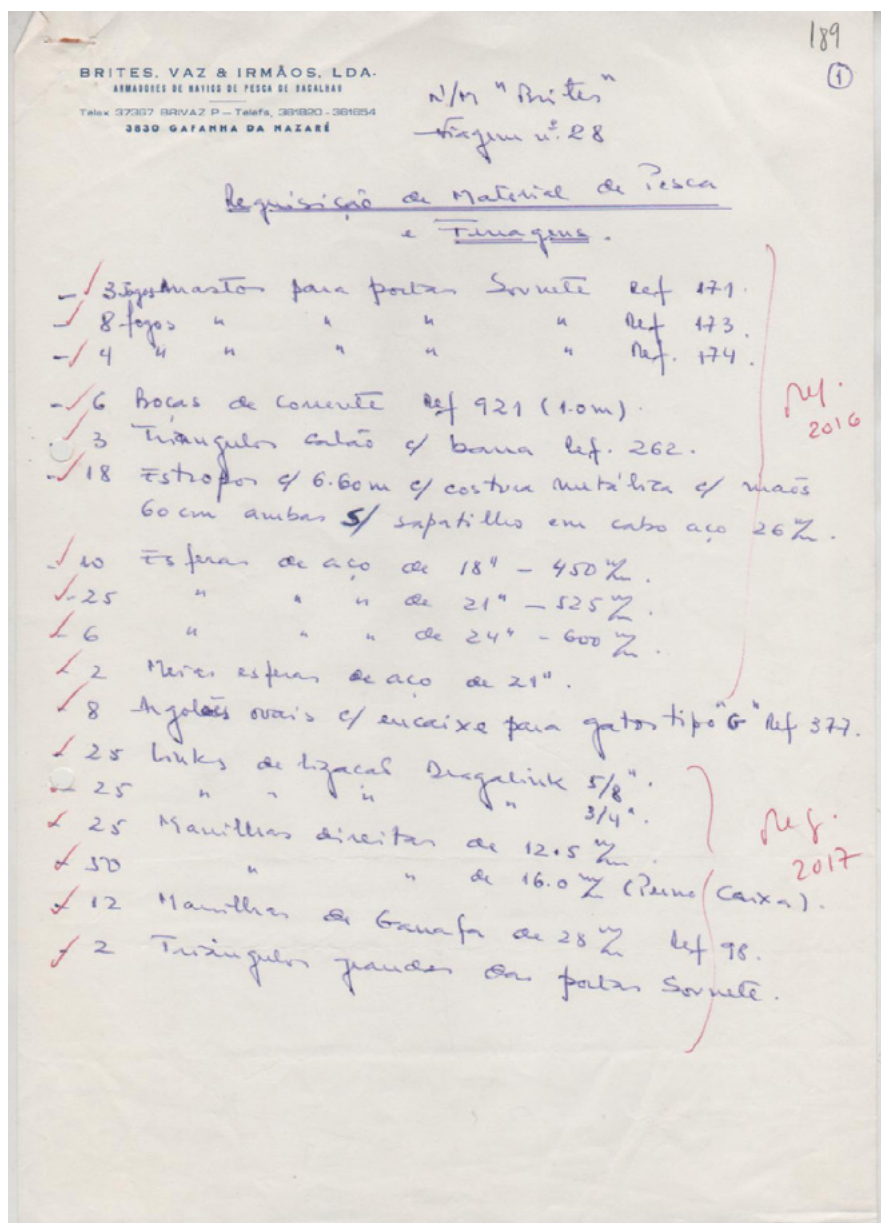
ÂMBITO E CONTEÚDO

Acordos sobre pautas aduaneiras; atas; contas de gerência; contas e orçamentos; copiador de informações; despachos; documentos das atas; índices das atas; orçamentos; atribuições de serviços; autos de entrega e receção; autos de sindicância; Caixa de Previdência; certificados de garantia de guerra; comissão de trabalhadores; Comissão Económica Mista Luso-Norueguesa; comunicações internas; Comunidade Económica Europeia; contratos; correspondência; ordens de serviço; salários; escrituras; exposições; fichas de tripulantes; fotografia; balancetes; inquéritos; organigrama; pareceres; recortes de imprensa; relatórios; seguros; sindicância; autorizações de pagamento (registos); balanços; caixa; clientes, etc.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

Por número de referência.

9. Brites, Vaz e Irmãos, Lda (BVI)



CÓDIGO DE REFERÊNCIA
PT/CDI/BVI

TÍTULO
Brites, Vaz e Irmãos, Lda

DATAS
1935 | 1996

NÍVEL DE DESCRIÇÃO
Fundo/arquivo

DIMENSÃO
31 m.l.

SUPORTE
Papel

PRODUTOR
Brites, Vaz e Irmãos, Lda

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA
A empresa Brites, Vaz e Irmãos, Lda, sociedade por cotas de responsabilidade limitada foi constituída em 6 de fevereiro de 1929, por escritura lavrada nas notas de Carlos Fragoso de Ílhavo. A sua sede social era em Ílhavo e tinha como objeto o exercício da indústria de pesca do bacalhau nos Bancos da Terra Nova ou em qualquer outro ponto apropriado, via-

gens de longo curso e cabotagem e todo e qualquer negócio que conviesse à sociedade, exceto o ramo bancário.

A escritura de constituição previa a aquisição de terreno para aquisição de secadouros e armazéns. Foi constituída como uma empresa de duração ilimitada, não podendo os seus sócios retirar-se antes do fim do ano social.

O seu capital social inicial era de quatrocentos e cinquenta mil escudos, dividido em quatro cotas, sendo os sócios José Cândido Vaz, oficial da Marinha Mercante, de Ílhavo, Samuel Joaquim Vaz e António Joaquim Vaz, agricultores, residentes no Estado de São Paulo, Brasil e Adelino da Rocha Brites, comerciante, residente na cidade de Santos, Brasil.

A cota do primeiro outorgante era representada pelo lugre "Vaz Quinto", equipado com todos os aprestos e utensílios a uso.

O sócio gerente era José Cândido Vaz, que tinha como competências representar a empresa em tribunal, repartições públicas, contratos, obras de conservação e reparação de navios, aprestos, secadouros, armazéns; preparação da secagem do bacalhau e sua comercialização, praticar atos relativos à administração, convocar reuniões dos sócios, contratar pessoal e fixar a sua remuneração.

À Assembleia Geral ordinária competia a aprovação das contas de gerência, elaboração de relatórios e demais obrigações legais.

Durante os anos oitenta foram diversas as divisões de cotas que a sociedade sofreu. A empresa foi adquirida em 1998 pela Rui Costa e Sousa e Irmão.

CONDIÇÕES DE ACESSO

O acesso a estes documentos rege-se pelo regulamento arquivístico em vigor.

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO

Guia, recenseamento.

NOTA DO ARQUIVISTA

O arquivo encontra-se em processo de descrição, facto que justifica a falta de informação relativamente à História Custodial e Arquivística.

DATA DE DESCRIÇÃO

2014

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA

O Grupo dos Amigos do Museu Marítimo de Ílhavo adquiriu o espólio à empresa e depositou-o no Museu.

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA

Grupo dos Amigos do Museu Marítimo de Ílhavo.

ÂMBITO E CONTEÚDO

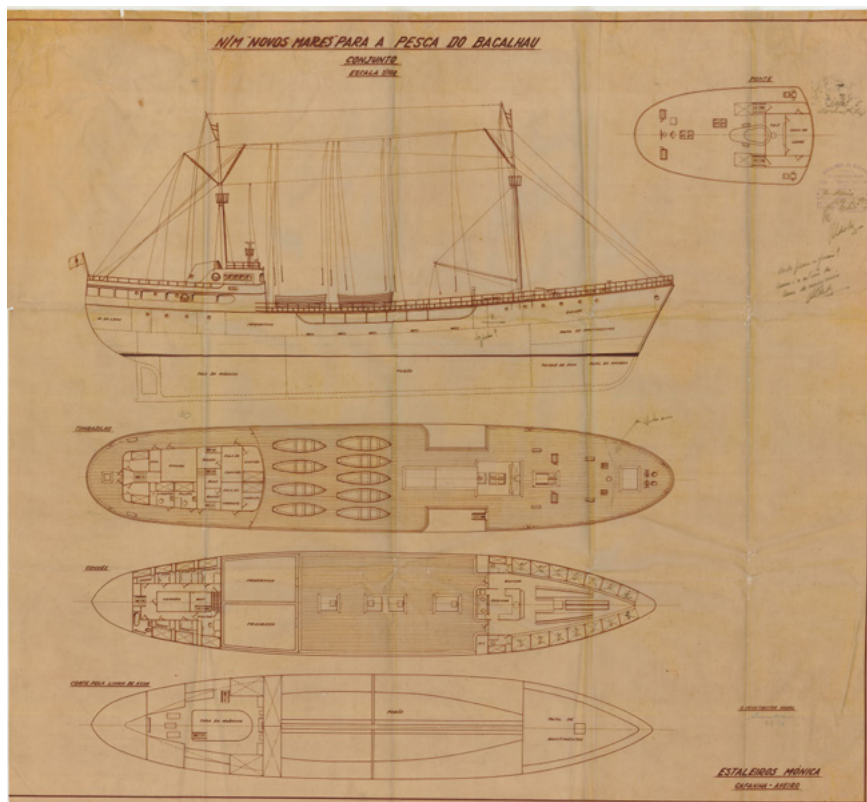
Consiste na documentação produzida pela empresa Brites, Vaz e Irmãos, Lda. Contém correspondência, diários, viagens, documentos de caixa, circulares e planos.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

Ordem alfabética por designação da série.

10. Estaleiros Mónica (EM)

N/m "Novos Mares" para a pesca do bacalhau, 1957-01-09



CÓDIGO DE REFERÊNCIA
PT/CDI/EM

TÍTULO
Estaleiros Mónica

DATAS
1922/07/02 | 1981/01/26

NÍVEL DE DESCRIÇÃO
Fundo/Arquivo

DIMENSÃO
52,75 ml.

SUPORTE
Papel

PRODUTOR
Estaleiros Mónica

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

Os Estaleiros Mónica foram fundados em 1887 e tinham a sua sede em Ílhavo. Em 1889, José Maria Bolais Mónica, dono dos estaleiros e grande construtor naval, transferiu os estaleiros navais de Ílhavo para a Gafanha da Nazaré.

A unidade industrial Estaleiros Mónica terá sido a primeira indústria de vulto a implantar-se na Gafanha da Nazaré, e a grande impulsionadora do desenvolvimento da economia marítima da região. Entre 1889 e 1911, os Estaleiros Mónica eram indicados como a única instalação a exercer construção de embarcações de porte pesado, vocacionadas para o alto mar. Em 1911, José Mónica desloca a sua atividade para a Figueira da Foz, sendo o responsável pela construção daquele que seria considerado o melhor navio bacalhoeiro da Figueira, o lugre Golfinho. O retorno desta atividade de construção de navios em madeira no Estaleiro da Gafanha da Nazaré, acontece pela mão de Manuel Maria Bolais Mónica, em 1916.

Os Estaleiros Mónica trabalharam com inúmeras empresas de armadores, como por exemplo a empresa Cunha e C.^a, Boa Esperança, Testa & Cunhas, Companhia Aveirense de Navegação e Pesca, Santos Moreira & C.^a, entre outras.

Em 1920, a empresa de construção naval é transformada em sociedade por quotas e mais tarde, a 8 de abril de 1921, Manuel Mónica constitui a sociedade Mónica & Companhia, Lda. Cerca de um ano mais tarde, Manuel Maria Bolais Mónica inicia o processo de dissolução da firma. Já em 1926, a firma Mónica & Companhia adquire o equipamento necessário para estabelecer uma pequena serração e uma moagem junto ao estaleiro.

Com o objetivo do Estado Novo de incrementar e modernizar a frota bacalhoeira portuguesa, é entregue aos estaleiros da firma Mónica e Companhia, Lda., em 1936, o projeto de construção de um lugre em madeira, o 'Brites'.

O período entre 1939 e 1945 vai marcar os tempos áureos dos Estaleiros Mónica em tempos de guerra. O clima de guerra não impediu a laboração dos estaleiros, pelo contrário, aumentou o progresso industrial da empresa e o número de construções efetuadas. Os estaleiros tinham então em mãos a construção de três draga-minas para a marinha inglesa. Para território português, Manuel Mónica abraçou dois projetos de considerável envergadura, o projeto da 'Nau Portugal' e do 'Marianela'. O primeiro projeto dava ao mestre português, na arte das construções navais em madeira, a oportunidade de testar a sua capacidade técnica e conhecimento da arte da construção naval

em madeira, segundo os processos artesanais. Mas, sem motivo aparente, aquando do bota-abaiço da 'Nau Portugal', esta naufraga. O segundo projeto conferiu aos estaleiros a construção do maior cargueiro em madeira, até então construído em Portugal, destinado à cabotagem de longo curso. Os estaleiros de Manuel Mónica fizeram uma incursão pela construção naval metálica. Em agosto de 1943 e, ao abrigo do Condicionamento Industrial, Manuel Mónica viria a formalizar o seu pedido de autorização para executar trabalhos metálicos nos seus estaleiros de construção naval em madeira.

No período que compreende os anos de 1937 a 1945, Manuel Mónica aposta na modernização da sua empresa. É também por esta altura, 1943, que os estaleiros entram na laboração de embarcações do tipo 'CRCB'. Nasce então as construções caracteristicamente portuguesas e destinadas à pesca à linha.

Os Estaleiros Mónica foram aqueles que mais navios em madeira forneceram à frota bacalhoeira nacional, no âmbito dos programas de renovação da frota, conduzidos pela política do Estado Novo. Na 2.^a metade do século XX, assiste-se a um domínio, por parte dos estaleiros, na construção de embarcações em madeira. Mas, em 1953, a atividade da empresa reduz-se a reparações e construções de embarcações de pequena tonelagem e, assiste-se a uma escassez na atividade da empresa. No mesmo ano, é lançado à água o último navio tipo lugre-motor bacalhoeiro construído por Manuel Mónica.

Em 1956, é constituída a sociedade Manuel Maria Bolais Mónica & Filhos, Lda., com domicílio no lugar da Cale de Vila. Dois anos mais tarde, desce das carreiras do estaleiro um exemplar dos navios-motor construído por Manuel Mónica, um misto de madeira e ferro.

Em 1959, com a morte de Manuel Mónica, são redistribuídos os cargos dentro da sociedade Manuel Maria Bolais Mónica & Filhos, Lda. São também definidos princípios de colaboração entre os Estaleiros Mónica e os estaleiros de São Jacinto. O ano de 1961, foi o primeiro em que a firma apresentou um saldo negativo no final do exercício. Em janeiro de 1962, a empresa encontrava-se numa crise muito grave e na eminência de cessar atividade. No final dos anos 60, assiste-se à degradação das instalações e ao desleixo na sua manutenção.

A 27 de dezembro de 1977, os Estaleiros de São Jacinto, SARL, e os Estaleiros Navais – Manuel Maria Bolais Mónica, SARL, em conjunto com alguns armadores de pesca do bacalhau, fundam a empresa Navalria – Docas, Construções e Reparações Navais, SARL, para exploração do estaleiro naval JAPA e da doca flutuante. No ano de 1978, os Estaleiros de S. Jacinto, SARL, mostram intenção de tomar posse de todas as ações dos Estaleiros Navais – Manuel Maria Bolais Mónica, SARL. No dia 7 de outubro de 1981, é ditado o fim dos Estaleiros Navais – Manuel Maria Bolais Mónica, SARL, ficando decidida a fusão, absorção ou anexação dos Estaleiros.

CONDIÇÕES DE ACESSO

O acesso a estes documentos rege-se pelo regulamento arquivístico em vigor.

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO

Guia; recenseamento

DATA DE DESCRIÇÃO

2013

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA

Desconhecida

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA

Desconhecida.

ÂMBITO E CONTEÚDO

O arquivo é constituído por documentos de contabilidade, correspondência e planos de embarcações.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

Documentação organizada por número de referência atribuído aquando da realização do recenseamento.

11. Grémio dos Armadores dos Navios de Pesca de Bacalhau (GANPB)

capitão
DECLARAÇÃO *Julia IV*

Prestada ao Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau, para fins de inscrição no mesmo, por marítimos que NÃO MATRICULARAM para a Campanha Bacalhadeira de 1938.

Nome *António Marques* Alcunha _____
 Pilição | Nome do Pai *Miguel Marques* 1^o
 | Nome da Mãe *Antónia Rodrigues*
 Data do nascimento *14 de Janeiro* de 1889 Natural de *Ilhavo*
 Freguesia de *Ilhavo* Concelho de *Ilhavo*
 Casado em *8 de Março* de 1918, em *Ilhavo*
 com: *Nazare Correia*
 Estado | Vívio-desde *de* de de
 | Divorciado-desde *de* de de
 | Amancebado-com _____

Residência (Rua, número e localidade) *Em Ilhavo 3.ª loja de Rua 2.ª 74*
 N.º da Cédula Marítima: *1006* Passada na Capitania do Porto de *Figueira da Foz*
 Data em que a Cédula foi passada *4-3-191*

INDICAR SE JÁ FOI OU NÃO AOS BANCOS DA PESCA DO BACALHAU:
 Exerce a profissão de pescador de bacalhau desde o ano de *1906*
 Exerce a profissão de tripulante-não-pescador (imedato, piloto, motorista, ajudante de motorista, mestre-rédes, electricista, cosinheiro, ajudante de cosinheiro, praticante de piloto, moço de câmara) desde o ano de _____
 Deixou de exercer a profissão em _____ por motivo de _____
 Situação militar: _____

PESSOAS A SEU CARGO

FILHOS MENORES			FILHOS MAIORES		
N.º	Nome	Data do nasc.º	Nome	Data do nasc.º	Estado
1		28-8-916	M.ª Mercedes G. Marques	31-8-916	Solteira
2		23-7-920	M.ª Fernanda G. Marques	28-7-920	Solteira
3	Maria Correia Marques	29-8-922			
4	Luísinda G. Marques	16-8-924			
5	Sónia Galvão Marques	20-8-926			
6	M.ª Nazare G. Marques	24-4-928			
7	Fernando G. Marques	19-12-930			
8	Ant. Samuel G. Marques	3-2-933			
9					
10					
11					
12					

Na ausência do pescador a sua família muda de residência?
 Localidade para onde vai: _____ Rua _____
 Vai trabalhar? _____ Em que se ocupa? _____

Nome do navio em que embarcou na Campanha de 1936: *Metan Ra* 1936
 Quantos quintais de bacalhau pescou? _____
 Foi como escalador, salgador, ou marinheiro-pescador?
 Se não foi como pescador, que outro cargo ocupou?
 Nome do Navio em que embarcou na Campanha de 1937: *Metan Ra* 1937
 Quantos quintais de bacalhau pescou? _____
 Foi como escalador, salgador, ou marinheiro-pescador?
 Se não foi como pescador, que outro cargo ocupou?
 Nome do navio em que embarcou na Campanha de 1938: *Metan Ra* 1938
 Quantos quintais de bacalhau pescou? _____
 Foi como escalador, salgador ou marinheiro-pescador?
 Se não foi como pescador, que outro cargo ocupou?
 Tem tido assistência médica do Grémio? *Não* E sua família? *Não*
 Localidade e data, em que este impresso foi preenchido pelo interessado:
Ilhavo de *Maio* de 1943
 (Assinatura do declarante): *António Marques* 1943 *Julia IV*

(Este impresso, depois de preenchido pelo declarante, deverá ser visado pela capitania do porto ou delegação marítima da localidade da sua residência).

Importante
 O seu casamento foi celebrado na
 1. Igreja Católica? *Foi*

Espaço destinado
ao carimbo
da capitania ou
delegação marítima

CÓDIGO DE REFERÊNCIA

PT/CDI/GANPB

TÍTULO

GANPB: Grémio dos Armadores dos Navios de Pesca de Bacalhau

DATAS

1935 | 1976

NÍVEL DE DESCRIÇÃO

Fundo/Arquivo

DIMENSÃO

47 lvs.; 154 pt.; 17 mç; 17 cx.

SUPORTE

Papel

PRODUTOR

GANPB: Grémio dos Armadores dos Navios de Pesca de Bacalhau

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

O Grémio dos Armadores de Navios de Pesca do Bacalhau (GANPB) foi criado pelo DL nº 26 106, de 23 de novembro de 1935 e era constituído pelas entidades singulares ou coletivas dedicadas à indústria da pesca do bacalhau.

Tratava-se de uma entidade de organização patronal, na dependência direta do Ministério do Comércio e Indústria de representação

profissional e regulação económica de carácter corporativo, de funcionamento e administração autónomos, com personalidade jurídica.

O controlo do GANPB por parte do Governo era exercido por Henrique Tenreiro (Delegado do Governo, nomeado pelo Ministro Teotónio Pereira, em 1936), que assumiu uma importância capital, tendo sido mesmo alcunhado por "patrão das pescas". Com direito de veto, o delegado assistia a todas as reuniões dos órgãos diretivos do GANPB.

As competências do grémio consistiam em:

- regular o comércio importador de bacalhau em ligação subordinada à CRCB e o Grémio dos Importadores de Armazenistas de Mercarias;
- fomentar a frota de pesca e a produção nacional de bacalhau;
- fiscalizar e orientar a pesca, secagem e venda de bacalhau pescado por navios nacionais e a utilização e comercialização dos subprodutos desta indústria;
- facultar aos sócios as condições necessárias ao desenvolvimento da indústria da pesca do bacalhau por navios portugueses, bem como das indústrias a elas inerentes;
- criar uma mútua de seguros para segurar os navios de pesca do bacalhau (Mútua dos Na-

vios Bacalhoeiros, criada na dependência do Grémio, em 1936), seus apetrechos e carga ou efetuar o seguro global dos mesmos nas sociedades nacionais de seguros que explorassem o ramo marítimo;

- regular as condições de vida dos tripulantes e pescadores da pesca do bacalhau, fixar as suas condições de trabalho em cada campanha e cooperar na criação de instituições de previdência social;
- assegurar a proteção contra acidentes de trabalho e riscos inerentes à profissão, através da realização de seguros apropriados na Mútua dos Navios Bacalhoeiros e na Mútua dos Pescadores;
- prestar aos associados todas as informações relativas à indústria do bacalhau;
- promover a instalação de indústrias para o aproveitamento dos subprodutos da pesca do bacalhau, nomeadamente do óleo de fígado de bacalhau;
- estudar e regular os aperfeiçoamentos técnicos a incluir nos navios.
- estudar o aperfeiçoamento das instalações da seca do bacalhau e vantagens na aquisição de matérias-primas.

O Grémio tinha como órgãos administrativos o Conselho Geral e a Direção. O Conselho Geral era constituído pelos representantes das delegações (um por cada cinco navios ou fração) e tinha como funções a eleição da Mesa, a fiscalização dos atos da Direção, a análise e aprovação do relatório da gerência, das contas do exercício findo e do orçamento, a avaliação e a decisão sobre as reclamações que lhe fossem apresentadas contra as deliberações da direção, a tomada das resoluções indispensáveis à completa e eficaz realização dos fins do Grémio e, a eleição no princípio de cada gerência, de uma Comissão Revisora de Contas. Por sua vez, a Direção era constituída por um presidente e dois vogais efetivos, eleitos de três em três anos nas reuniões do Conselho Geral e tinha como funções a representação do Grémio em juízo e fora dele, a organização administrativa e funcional dos serviços, a nomeação dos delegados do Grémio e a elaborar os regulamentos internos. Eram órgãos especiais do GANPB: a Secretaria Geral, a Junta Arbitral e os Serviços de Fiscalização e Orientação. Ao primeiro cabiam as funções de direção e organização administrativas; a Junta, constituída por três sócios, escolhidos um por cada parte interessada e o terceiro pelo Grémio, é instituída com o objetivo de acabar com as divergências que surgiam nas transações comerciais. Aos Serviços de Fiscalização e Orientação, competia a inspeção técnica quer à higiene dos navios, quer às instalações das secas e armazéns.

Os meios financeiros do GANPB eram garantidos pelo fundo social, integralmente constituído e mantido pelos sócios na proporção do valor dos produtos vendidos.

A extinção do GANPB foi determinada em 1974, pelo DL nº 443/74, de 12 de setembro. Para tal, foi constituída uma Comissão Liquidatária, nomeada por Despacho Ministerial de 11 de outubro do mesmo ano, publicado na II Série do Diário da República, de 18 de outubro.

Apesar de a extinção do Grémio dever concretizar-se até 31 de dezembro de 1974, só em 1976, pelo Despacho Conjunto do Ministro da Agricultura e Pescas e do Comércio Interno, de 26 de fevereiro, é que a sua efetivação se verificou.

A extinção do órgão corporativo implicou a transferência para a Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau, das responsabilidades pela coordenação, disciplina, intervenção económica, ativo e passivo, bem como valores, direitos, taxas e saldos dos fundos existentes.

CONDIÇÕES DE ACESSO

O acesso a estes documentos rege-se pelo regulamento arquivístico em vigor.

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO:

Guia, recenseamento, inventário.

DATA DE DESCRIÇÃO

2012

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA

O espólio documental foi entregue a título precário conforme ofício do D.G.P.E. N.º 13917 nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei 24489 de 137set. 734, autorizado em 19 de abril de 1994 pelo ofício 13917 da Direção-Geral do Património, através da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau. Posteriormente, foi afeto ao Museu Marítimo de Ílhavo pelo Decreto-Lei N.º 28/99 de 29 de janeiro, artigo 2.º, alínea 2.

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA

Comissão Liquidatária da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau.

ÂMBITO E CONTEÚDO

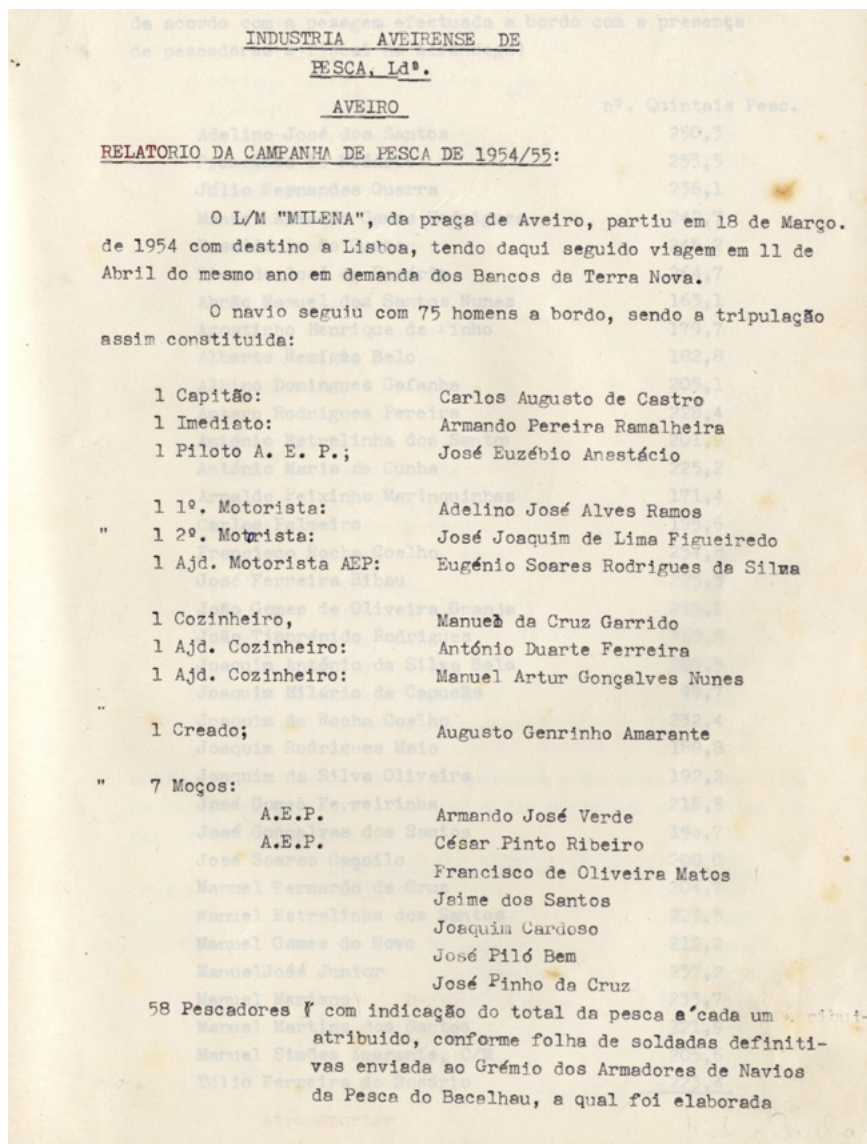
O arquivo é constituído por atas das comissões, atas do conselho geral, autos de posse, listas de presenças, relatórios, seguros de proteção da frota bacalhoeira, certificados de garantia de guerra de navios, balancetes, caixa, caracterização da frota bacalhoeira, cobranças e depósitos, comercialização de bacalhau, comissão de lotação de tripulações, construção e transformação de embarcações, correspondência, despesa, factos sociais, faturas e recibos, fichas biográficas de pescadores, fichas de inscrição marítima, fichas de tripulantes, gestão de Recursos Humanos, guias, imprensa, inventários e balanços, listas de inscritos no Grémio, listas de tripulações, razão, receita, registos de pesca, etc.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

Os documentos estão organizados por série documental.

12. Indústria Aveirense de Pesca (IAP)

Relatórios da campanha de pesca 1954/55



CÓDIGO DE REFERÊNCIA
PT/CDI/IAP

TÍTULO
IAP – Indústria Aveirense de Pesca

DATAS
1935-1980

NÍVEL DE DESCRIÇÃO
Fundo/Arquivo

DIMENSÃO
20 m.l.

SUPORTE
Papel, poliéster.

PRODUTOR
IAP – Indústria Aveirense de Pesca

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA
A Indústria Aveirense de Pesca, Lda foi constituída em 12 de agosto de 1935, por escritura lavrada no cartório de Aveiro, como sociedade por cotas de responsabilidade limitada. A sua sede era em Aveiro e tinha por objeto o exercício da pesca do bacalhau ou outro qualquer ramo que a empresa pretendesse explorar. Foi constituída por tempo indeter-

minado, com o capital social de setecentos e cinquenta contos, dividido em quatro cotas, pelos sócios João Ferreira, Américo Carlos Gomes Teixeira, José Francisco Corujo e Clemente da Silva. Em maio de 1988, Indústria Aveirense de Pesca foi transformada em Sociedade Anónima.

CONDIÇÕES DE ACESSO

O acesso a estes documentos rege-se pelo regulamento arquivístico em vigor.

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO

Guia.

NOTA DO ARQUIVISTA

Arquivo em processo de descrição.

DATA DE DESCRIÇÃO

2014

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA

Desconhecida.

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA
Desconhecida.

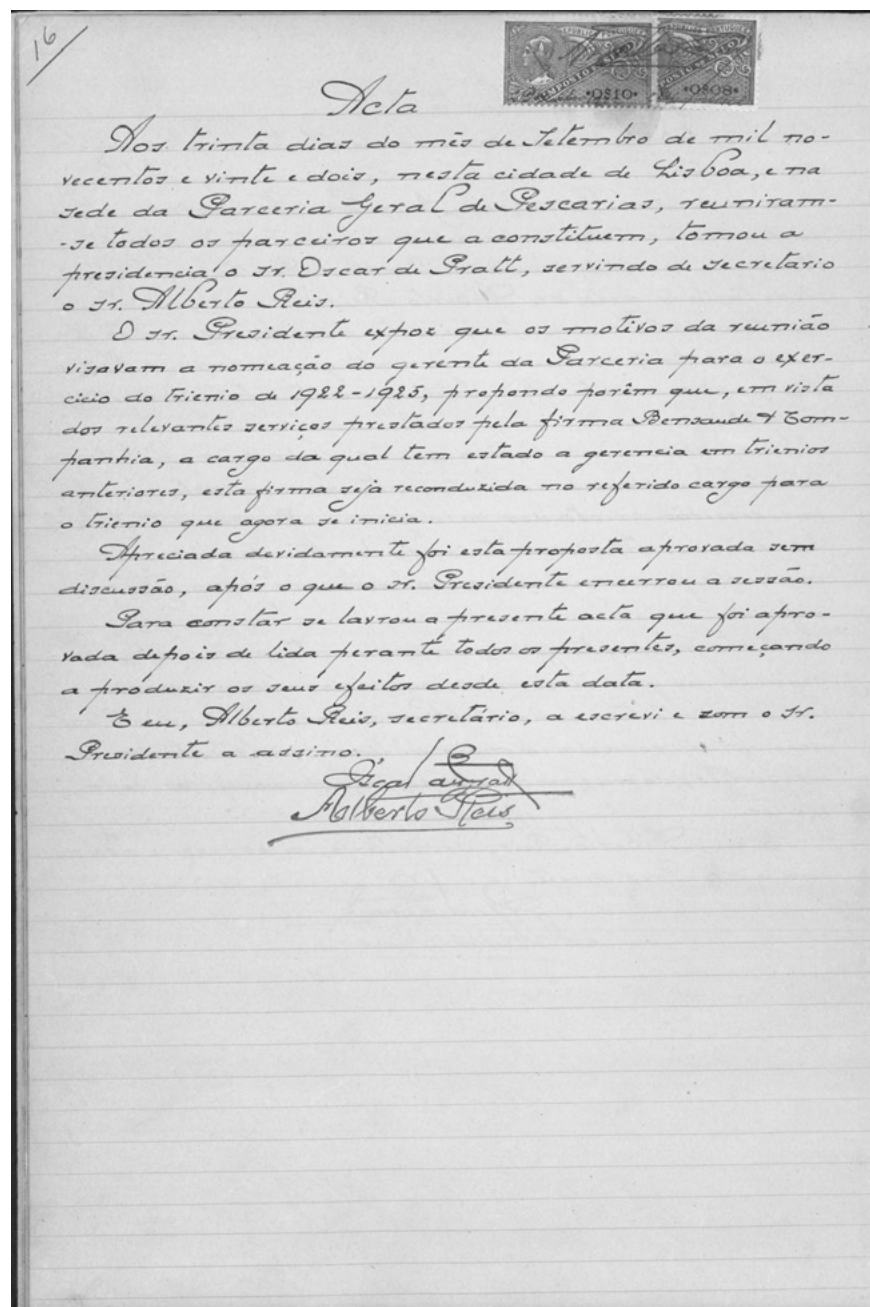
ÂMBITO E CONTEÚDO

A documentação é composta por correspondência, diários, safra dos navios Milena e João Ferreira, projetos de construção de navios, fotografias e negativos.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

Alfabético

13. Parceria Geral de Pescarias (PGP)



CÓDIGO DE REFERÊNCIA

PT/CDI/PGP

TÍTULO

Parceria Geral de Pescarias

DATAS

1891-03-16 | 1999-12-30

NÍVEL DE DESCRIÇÃO

Fundo/Arquivo

DIMENSÃO

105,5 ml.

SUPORTE

Papel

PRODUTOR

Parceria Geral de Pescarias

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

A família Bensaúde iniciou a sua atividade comercial nos Açores, em 1820, como importadora e distribuidora de têxteis originários do Reino Unido e como exportadora de cereais e laranjas, dando origem a um grupo de empresas que manteve, desde então, a sua natureza totalmente familiar.

Dedicando-se numa primeira fase às áreas estratégicas do comércio e dos serviços de navegação, o grupo expandiu as suas atividades e zonas de atuação a partir da segunda me-

tade do século XX, fruto do sucesso até então alcançado, bem como da visão pioneira dos seus primeiros impulsionadores.

Ao longo das décadas que se seguiram, a família Bensaúde esteve associada a projetos inovadores, de cariz agro-industrial, a par de investimentos, na área financeira e industrial, que contribuíram para a integração dos Açores na economia continental. Assim, a partir dos Açores, o Grupo Bensaúde alargou a sua atividade de agentes e transportadores ao resto do país, desenvolvendo o

seu negócio na Europa e estabelecendo contactos internacionais.

Com escritórios nos Açores e em Lisboa, para onde havia transferido a sua sede em 1870, a Bensaúde & C.^a Lda cria nesta cidade, em 16 de março de 1891, a Parceria Geral de Pescarias, Lda. (PGP), especializada na pesca do bacalhau, e a Empresa Insulana de Navegação, que passa a ligar o continente português aos Açores e à Madeira. A Parceria tinha sede no Barreiro, na Azinheira Velha.

O objetivo desta parceria era a indústria da pesca em todas as águas e por todos os meios apropriados e habituais. A 16 de março de 1891, por escritura, a Parceria comprou à firma Bensaúde & C.^a, todos os seus navios à vela e a vapor, já empregados nesta mesma indústria de pescarias, com todos os apetrechos, aparelhos, engenhos, redes, e demais utensílios. A PGP, dedicava-se à pesca e tratamento de bacalhau, tendo sido a primeira empresa portuguesa a enviar um arrastão a vapor para a pesca do bacalhau, em 1909.

Nos anos 30 do século XX houve no seio desta empresa um enorme passo em termos de modernização, nomeadamente através da encomenda de navios com o casco de aço para a sua frota, e do início da secagem artificial do bacalhau. Apesar desta modernização, a PGP continuou com a prática da pesca à linha, até à segunda metade do século XX.

A Parceria extinguiu-se a 30 de dezembro de 1999, tendo sido a respetiva documentação incorporada no Museu Marítimo de Ílhavo, por intermédio da Associação dos Amigos do Museu Marítimo de Ílhavo, a título de depósito, por protocolo assinado, em 14 de fevereiro de 2004, entre o Grupo Bensaúde e o Museu Marítimo de Ílhavo.

CONDIÇÕES DE ACESSO

O acesso a estes documentos rege-se pelo regulamento arquivístico em vigor.

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO

Guia, recenseamento.

NOTA DO ARQUIVISTA

Arquivo em processo de descrição.

DATA DE DESCRIÇÃO

2014

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA

A documentação produzida pela PGP foi incorporada, a título de depósito, no Museu Marítimo de Ílhavo, com protocolo assinado em 14 de fevereiro de 2004 entre o Grupo Bensaúde, ao qual a Parceria pertencia, e o Museu Marítimo de Ílhavo, representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo.

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA

Grupo Bensaúde.

ÂMBITO E CONTEÚDO

A documentação reflete a atividade da Parceria Geral de Pescarias enquanto parceria marítima dedicada à pesca e tratamento de bacalhau.

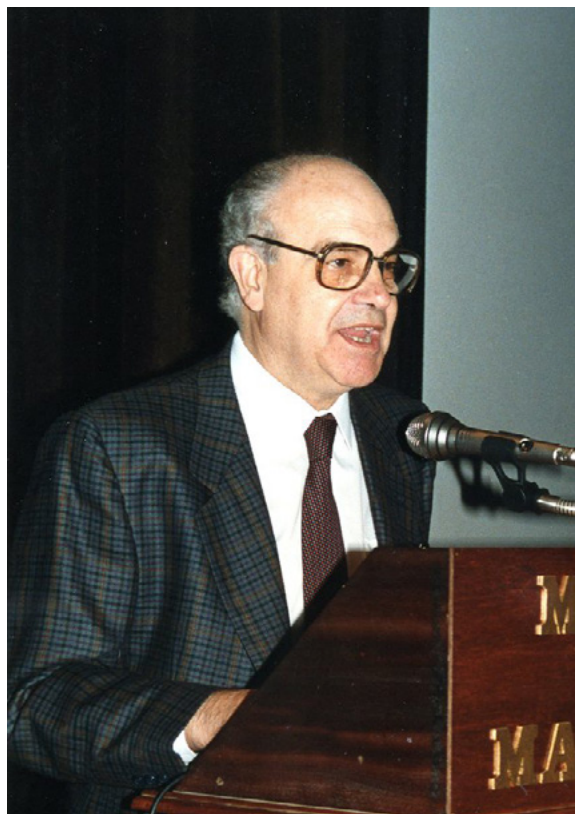
O arquivo é constituído por documentos de contabilidade, correspondência, Recursos Humanos, legislação, relatórios, diários, desenhos e publicações.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

De momento encontra-se organizado por número de referência/inventário.

14. Octávio Lixa Filgueiras (OLF)

Octávio Lixa Filgueiras



CÓDIGO DE REFERÊNCIA:
PT/CDI/OLF

TÍTULO:
Octávio Lixa Filgueiras

DATAS
1846 | 1995

NÍVEL DE DESCRIÇÃO
Fundo/Arquivo

DIMENSÃO
25 ml.

SUPORTE
Papel

PRODUTOR
Octávio Lixa Filgueiras

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

Octávio Lixa Filgueiras, arquiteto de formação, mostrou um claro interesse pela cultura marítima portuguesa.

Nesta área, o seu arquivo pessoal reveste-se da maior importância não só por reunir informação sobre um ilustre perito de arqueologia e etnologia naval, mas também por conter um vasto trabalho dedicado à investigação e à salvaguarda do nosso património naval e marítimo.

Do espólio constam documentos de natureza biblioteconómica e arquivística, salvaguardando-se que estes não constituem a totalidade do legado do arquiteto, mas apenas a parte que se refere à etnologia naval, à museologia e à arqueologia subaquática. Por definição imposta pelo protocolo de depósito, o arquivo chama-se Fundo Especial Professor Arquiteto Octávio Lixa Filgueiras.

Octávio Lixa Filgueiras nasceu a 16 de agosto de 1922 na freguesia da Foz do Douro, no Porto. Concluiu, aos 18 anos, o Curso Geral dos Liceus, e ingressou no Curso Preparatório de Engenharia da Faculdade de Ciências do Porto. Um ano depois mudou de curso e ingressou no curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes, onde viria a formar-se arquiteto com uma classificação final de 20 valores após a defesa da tese.

Concorreu para o preenchimento de um lugar de arquiteto do quadro da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, do Ministério das Obras Públicas, ficando em primeiro lugar. Paralelamente, iniciou a sua investigação na área da arqueologia marítima, com a obtenção de uma bolsa do Instituto de Alta Cultura.

A preocupação de Octávio Lixa Filgueiras prendia-se principalmente com a promoção da cultura e por isso cruzou, sempre que possível, as suas diferentes áreas de interesse no desempenho das suas várias atividades oficiais.

Em 1981, é destacado da Secretaria de Estado da Cultura para o Instituto Nacional de Investigação Científica e de 1985 a 1992 é escolhido para integrar a 1.ª Secção (Arqueologia) do Conselho Consultivo do IPPC.

Octávio Lixa Filgueiras desenvolveu poucos trabalhos como profissional liberal. Ainda assim, os principais projetos particulares a destacar-se são: as estações de "The Anglo-Portuguese Tele-

phone C" (Lapa, Gaia, Boavista, Matosinhos e Foz do Douro), a Caixa Geral de Depósitos de Vila do Conde e o anteprojecto do Museu Etnográfico de Viseu. Lixa Filgueiras também desenhou algumas habitações individuais e estabelecimentos comerciais.

O arquiteto cedo estabeleceu ligação com o movimento associativo dos profissionais da arquitetura, mantendo desde o seu ano de formatura atividade no seio do Sindicato Nacional dos Arquitetos. Octávio Lixa Filgueiras trabalhou como adjunto na Comissão de Normalização do Centro Técnico da Indústria da Madeira (1954); chefiou a equipa da Zona II do Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal (1955); foi nomeado membro da Comissão Executiva do II Congresso Nacional dos Arquitetos (1956); colaborou na organização do I Encontro Nacional dos Arquitetos, assumindo o cargo de Tesoureiro da Direção (1957); e foi nomeado 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Secção Regional do Norte do Sindicato Nacional dos Arquitetos (1963).

Em 1958 opta por deixar o seu cargo de arquiteto do Quadro da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, e inicia a sua carreira na docência tomando posse como 2.º assistente do Curso de Arquitetura na ESBAP. O reconhecimento pelo seu mérito profissional, cultural e intelectual começa a ir além do mundo da arquitetura, quando Lixa Filgueiras começa a afirmar-se na área da investigação naval, fruto do seu trabalho no Centro de Estudos e Etnologia Peninsular. De forma a prosseguir o seu estudo "Manual de etnologia Naval Portuguesa", pede para ser dispensado do serviço de docência da ESBAP. No entanto, a sua dedicação exclusiva à arqueologia naval portuguesa é posta em causa no seguimento de remodelações político-administrativas. Em abril de 1974, reingressa na atividade de docente, e conforme deliberação do Ministério da Educação Nacional por ser o professor mais antigo, é encarregado da gestão da ESBAP. Mais tarde, na sua qualidade de professor efectivo da ESBAP, transita para a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto até que, em 1986, aos 64 anos de idade, é equiparado a bolseiro do país para a preparação da tese de doutoramento, que não chegou a concluir.

No ano de 1989, Octávio Lixa Filgueiras ascende a professor catedrático da Faculdade de Arquitetura. Paralelamente, teve também um grande impacto na escola de ensino alternativo da Cooperativa Árvore, chegando mesmo a assumir a presidência da Mesa da Assembleia Geral no final do ano de 1963.

Lixa Filgueiras, iniciou também atividade como rotário em 1959 com uma palestra subordinada ao título "A função social do arquitecto", no Rotary Club do Porto. É oficialmente reconhecido como rotário, no ano seguinte, em abril, e três meses depois é nomeado responsável pela Comissão de Programas. A partir daí participa em todos os trabalhos das Assembleias do Distrito Rotário. Em julho de 1961, exerce por um ano a cargo de Primeiro Secretário do Rotary Club do Porto e um ano depois passa a exercer a presidência do mesmo club.

Em 1975, participa na formação do novo Rotary Club Porto-Douro mas a crescente sobrecarga das suas responsabilidades oficiais levam-no a formalizar o seu pedido de saída. Apesar da sua saída do Rotary Club Porto-Douro, continuou a manter colaborações esporádicas, voltando a reingressar pelo Rotary Club de Castelo de Paiva, onde volta a assumir a sua participação pelo menos até 1994.

Os primeiros indícios da sua paixão pela etnologia e arqueologia naval despertam no início da sua carreira profissional, aquando do seu trabalho na equipa da Zona II do Inquérito à Arquitetura Popular, com a publicação de uma série de artigos intitulados "Rabões da Esquadra Negra", no jornal "O Pejão".

Consciente do estado precário a que era votado o nosso património naval tradicional, Octávio Lixa Filgueiras realizou um levantamento exaustivo de todas as tipologias de embarcações portuguesas, ligando-as à sua atividade e a um estudo dos povos marítimos pesqueiros.

Em janeiro de 1956, foi concedida ao arquiteto uma bolsa do Instituto de Alta Cultura (IAC) pelo Centro de Estudos e Etnologia Peninsular, e é lançado o mote para uma intensa investigação que foi o trabalho de uma vida. Ainda nesse ano, iniciou a sua participação com trabalhos de arqueologia e etnologia naval em numerosos congressos, nomeadamente o XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências; Congresso Internacional de Etnologia e Folclore.

Em 1981, enquanto agregado à Delegação do Porto da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, apresentou uma proposta para a criação de um

Museu Naval na Casa do Infante. O arquiteto despertou desta forma o interesse de alguns e no ano seguinte foi convidado a escrever um estudo sobre embarcações regionais portuguesas para a obra 'A arte popular em Portugal'.

Em 1963, apresentou uma proposta ao Instituto de Alta Cultura para a criação da Secção de Arqueologia e Etnologia Navais, que viria a ser criada em fevereiro do ano seguinte, e à frente da qual Octávio Lixa Filgueiras foi nomeado Diretor.

O Ministro da Marinha deu o seu aval à proposta de colaboração de Octávio Lixa Filgueiras com o Museu da Marinha para programas de investigação de arqueologia naval. Nomeado membro fundador do Grupo de Estudos de História Marítima pelo Ministério da Marinha, em 1969, transitou no ano seguinte para o Centro de Estudos de Marinha, que deu origem à Academia de Marinha a partir de 1978. A personalidade distinta e culturalmente diversificada de Lixa Filgueiras, impeliu o IAC, em 1970, a nomeá-lo membro do seu Conselho de Intercâmbio.

A crescente preocupação com as pilhagens dos despojos navais e com a perda irreparável do nosso património subaquático, levou o arquiteto a promover junto da Marinha a constituição de um Grupo de Trabalho para a Defesa do Património Arqueológico Subaquático. Em janeiro de 1976 foi transferido da Secção de Arqueologia e Etnologia Navais do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular para o Centro de História da Universidade do Porto, onde prosseguiu com as suas investigações navais. No mesmo ano participou no I Simpósio Internacional sobre Barcos e Arqueologia Naval em Greenwich. A partir de então participou em todos os outros encontros do referido simpósio, chegando a organizar o 4.º em Portugal em 1985. O reconhecimento pelos seus numerosos trabalhos enquanto perito da investigação naval levaram o chefe de Estado Maior da Armada a agraciá-lo com a medalha Vasco da Gama, em janeiro de 1977.

Em 1976, partiu em missão para Santiago de Compostela, com vista a criar o Grupo de Arqueologia Naval do Noroeste Peninsular (GANNÓ), com o objetivo de fomentar o intercâmbio luso-galaico relativamente à cultura marítima dos dois povos.

Na qualidade de perito naval, Lixa Filgueiras, integrou vários grupos de trabalho, entre os quais o Grupo de Trabalho Encarregado do Estudo de Recuperação do Lugre Creoula. Em junho de 1981, é destacado da Secretaria de Estado da Cultura para o Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com o início do processo de integração nos quadros do Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC).

A organização de muitos museus nacionais com vocação marítima ou apenas de salas de museus com salas dedicadas à arqueologia e etnologia naval mereceram a colaboração de Octávio Lixa Filgueiras. O arquitecto foi encarregado de diversos projetos de exposição museológica. Organizou a sua arqueologia naval do Museu Santos Rocha da Figueira da Foz e laborou para a concretização da programação do Museu de Transportes e Comunicações. Em 1993 foi nomeado vogal da Comissão encarregada de elaborar o programa do Museu Nacional de Arqueologia. Ainda nesse ano integrou a Comissão Nacional de Arqueologia Naval Subaquática, sendo nomeado vogal do Conselho Técnico Consultivo do Museu Municipal de Olaria de Barcelos. Se, por um lado, Lixa Filgueiras colaborou e foi membro de vários grupos de estudo, por outro lado, foi igualmente fundador de centros de estudos em diversas áreas, sendo o Centro de Estudos Arqueonáutica o que deixou uma marca mais profunda.

Em abril de 1990, assinou o protocolo com a Comissão Nacional dos Descobrimentos para o estudo de uma exposição sobre embarcações tradicionais portuguesas. As suas intervenções nos domínios da investigação naval e da defesa do património marítimo foram muito diversas e abrangentes, desde filmagens de documentários, entrevistas, supervisões de escavações arqueológicas, publicações de estudos e artigos, o arquitecto participou nas mais diversas áreas.

Arquiteto, professor e investigador, a intensidade da sua figura colocou-o na vanguarda cultural do seu tempo. A sua preocupação pelo património naval nacional impeliu-o não só a uma investigação dirigida a uma elite intelectual, mas também a uma maior sensibilização do público em geral, o que o notabilizou como um dos mais acérrimos defensores do património marítimo do século XX.

CONDIÇÕES DE ACESSO

O acesso a estes documentos rege-se pelo Regulamento Arquivístico em vigor.

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO

Guia, recenseamento.

DATA DE DESCRIÇÃO

2013

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA

O Fundo Professor Arquiteto Octávio Lixa Filgueiras entrou no Museu Marítimo de Ílhavo (MMI) a 19 de maio de 2007, a título de depósito por um período de 5 anos, tacitamente renováveis por iguais períodos de tempo, caso nenhuma das partes procedesse à respetiva denúncia. No dia 31 de março de 2012, aquando da inauguração do Centro de Investigação e Empreendedorismo – CIEMar-Ílhavo, foi assinado um novo protocolo, onde consta a doação do espólio pertencente ao Professor Arquiteto Octávio Lixa Filgueiras ao MMI, "O Museu Marítimo de Ílhavo recebe, a título de doação, o espólio constituído pela documentação oriunda do arquivo pessoal do Professor Arquiteto Octávio Lixa Filgueiras (...)", cláusula segunda.

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA

Família OLF.

ÂMBITO E CONTEÚDO

A documentação reflete a atividade do Professor Arquiteto Octávio Lixa Filgueiras enquanto estudante, docente, arquiteto, membro associativista, rotário, e acima de tudo como investigador e defensor da arqueologia e Etnologia Navais.

O arquivo é constituído por correspondência, comunicações, monografias, estudos, fotografias e planos.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

Por número de referência.

15. Porto de Aveiro (PA)

Estado da barra em diversas épocas, escala 1/5000, [1862 - 1868]



CÓDIGO DE REFERÊNCIA
PT/CDI/PA

TÍTULO
Porto de Aveiro

DATAS
1755 - 1998

NÍVEL DE DESCRIÇÃO
Fundo/Arquivo

DIMENSÃO
17 m.l.

SUPORTE
Papel

PRODUTOR
Porto de Aveiro

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

O Porto de Aveiro tem uma história muito peculiar, comparando com os restantes portos portugueses, pois, ao contrário do que é habitual, a Barra foi criada longe de um centro populacional, neste caso, de Aveiro.

Recuando no tempo, consta-se que no século XII Aveiro teria a Barra aberta, permitindo o acesso direto às povoações de Ovar, Estarreja e Ílhavo.

As correntes marítimas, ventos e marés, influenciaram, grandemente, a criação da laguna que, em finais do século XIV e princípios do século XV, já se encontraria em estado bastante avançado. Para além da laguna, estes influenciaram também a localização da Barra, que se foi desviando sucessivamente para sul.

Em 1407, a Barra encontrava-se em frente à ilha da Testada.

Mais tarde, já no século XVI, esta situava-se um pouco mais a sul, em frente ao Monte Farinha, de acordo com o foral de Aveiro, de 1515.

Nos séculos XVI e XVII, atlas holandeses referem a existência de bancos de areia, com os quais era necessário ter cuidado ao entrar na Barra. Estes documentos referem ainda a existência de marinhas de sal, bem como o canal que se abria à vila de Aveiro.

Com a movimentação da Barra, as águas provenientes do rio Vouga estavam cada vez mais longe do litoral.

No inverno, o aumento do caudal, causava inundações frequentes. No Verão, quase não se verificava o escoamento das águas, que ficavam estagnadas na laguna, cada vez mais assoreada.

Em 1687, a Barra encontrava-se na Vagueira.

Em 1788, a Barra estava obstruída, a cinco léguas a sul de Aveiro, quase em Mira, a qual fechou-se completamente em 1791.

Com a movimentação da Barra para sul, as zonas ribeirinhas encontravam-se em declínio, as águas não circulavam, não se renovavam, as marinhas estavam submersas, os campos alagados, as culturas apodreciam, a fauna e a flora estavam destruídas, as pessoas adoeciam, o comércio era quase inexistente. Em suma, Aveiro era uma povoação pequena, pobre, doente.

Em 1808, a 3 de abril, depois de várias tentativas falhadas, a Barra é finalmente aberta no lugar onde hoje se encontra, fator que alterou drasticamente a conjuntura social e económica da cidade. Com a Barra aberta, havia que a solidificar e de construir um porto.

Depois do grandioso feito que foi a abertura da Barra, verificou-se um aumento do fabrico do sal,

do comércio e das atividades piscatória e agrícola, que até então se encontravam paradas devido à estagnação das águas. Como consequência, assistiu-se uma diminuição acentuada das doenças, revertendo a tendência que até então se verificava.

Aveiro projetou-se em direção ao mar e à ria, fenómeno que, atualmente, é bem visível, estando preparado para o transporte de mercadorias, provenientes de qualquer origem.

Os esforços de abertura e gestão da Barra de Aveiro refletem-se na organização institucional que, desde 1755 até à atualidade, se tem verificado, nomeadamente com a Superintendência das Obras da Barra de Aveiro (1755 – 1838), Junta Administrativa e Fiscal das Obras de Aveiro (JAFOA) (1838 – 1884), Circunscrição Hidráulica (1884 - 1898), Junta Administrativa das Obras da Barra e Ria de Aveiro (JAOBRA) (1898 – 1921), Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro (JARBA) (1921 – 1950), Junta Autónoma do Porto de Aveiro (JAPA) (1950 – 1998) e Administração do Porto de Aveiro (APA) (1998 -).

CONDIÇÕES DE ACESSO

O acesso a estes documentos rege-se pelo regulamento arquivístico em vigor e pelo protocolo estabelecido entre a CMI e a Administração do Porto de Aveiro.

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO

Guia, recenseamento.

NOTA DO ARQUIVISTA

Arquivo em processo de descrição.

DATA DE DESCRIÇÃO

2013

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA

A documentação do arquivo do Porto de Aveiro instalada, em regime de depósito desde 31 de março de 2011, no Centro de Documentação de Ílhavo vai da Superintendência à Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro, de 1755 a 1998.

Os documentos relativos à Administração do Porto de Aveiro encontram-se junto ao serviço produtor.

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA

Administração do Porto de Aveiro

ÂMBITO E CONTEÚDO

Inclui documentação produzida pelas entidades responsáveis pela abertura da barra, gestão e administração, desde 1755 até 1998, nomeadamente projetos, cartografia, atas, receita, despesa e correspondência.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

O arquivo encontra-se dividido por períodos orgânico-funcionais, nomeadamente Superintendência das Obras da Barra de Aveiro (1755 – 1838), Junta Administrativa e Fiscal das Obras de Aveiro (JAFOA) (1838 – 1884), Circunscrição Hidráulica (1884 - 1898), Junta Administrativa das Obras da Barra e Ria de Aveiro (JAOBRA) (1898 – 1921), Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro (JARBA) (1921 – 1950), Junta Autónoma do Porto de Aveiro (JAPA) (1950 – 1998).

Em cada período, a documentação está organizada por série.

16. Américo Simões Teles (AST)

Américo Teles



CÓDIGO DE REFERÊNCIA
PT/CDI/AST

TÍTULO
Américo Simões Teles

DATAS
1930-1989

NÍVEL DE DESCRIÇÃO
Fundo/Arquivo

DIMENSÃO
23 m.l.

SUPORTE
Papel.

PRODUTOR
Américo Simões Teles

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

Américo Simões Teles nasceu em Ílhavo a 19 de setembro de 1893 e faleceu a 6 de julho de 1989, com 95 anos.

Era filho de Manuel Simões Teles e de Maria Gonçalves de Jesus, um casal de comerciantes.

Frequentou a Escola Primária em Ílhavo, tendo começado a trabalhar muito cedo como Oficial Principal da Administração Geral dos Correios e Telégrafos nos Correios do Palácio da Bolsa, no Porto. Passou pelos correios em Aveiro e foi transferido para o Porto, onde desempenhou funções de Chefe de Secretaria nos CTT.

Apesar de viver no Porto, a sua identidade manteve-se ilhavense, e com um profundo interesse em contribuir para a terra, criando um museu de Ílhavo e sobre Ílhavo.

Citando palavras suas, era sua intenção "arquivar todo o estofa artístico de Ílhavo", preservando a sua cultura e divulgando a sua história.

A partir de 1924, Américo Teles passou a estar atento a tudo o que pudesse trazer mais-valias ao futuro museu.

Foi membro ativo das comissões organizadoras desde o primeiro dia, a 18 de janeiro de 1937, além de ter sido também Tesoureiro.

O seu sonho de criação de um museu, concretizou-se passados treze anos, a 8 de agosto de 1937, materializando-se na Rua Serpa Pinto, nº 11, em Ílhavo, onde nasceu o Museu Municipal de Ílhavo. Américo Teles, interveio não só na criação desse "primeiro museu", em 1937, como também a sua evolução para Museu Marítimo e Regional de Ílhavo, em 20 de setembro de 1980.

A luta pela busca de artefactos e bibliografia durou entre o início dos anos 20 do século XX, até ao final da sua vida, em finais da década de 80 do mesmo século.

A recolha de documentação para o museu contou também com alguns bens pessoais, os quais passaram a integrar o espólio, que atualmente compõe o arquivo pessoal Américo Teles.

CONDIÇÕES DE ACESSO

O acesso a estes documentos rege-se pelo regulamento arquivístico em vigor.

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO

Guia.

DATA DE DESCRIÇÃO:

2014

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA

O Arquivo pessoal de Américo Simões Teles foi sendo doado pelo próprio ao Museu.

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA

Américo Simões Teles e família.

ÂMBITO E CONTEÚDO

O arquivo comporta documentos relativos ao trabalho desenvolvido por Américo Teles no âmbito da atividade do Museu. Contém documentos pessoais, monografias, publicações periódicas, postais, fotografias, correspondência, recortes e cartazes.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

Este arquivo está organizado por número de referência.

17. António Gomes da Rocha Madahil (AGRM)



Rocha Madahil

CÓDIGO DE REFERÊNCIA

PT/CDI/AGRM

TÍTULO

António Gomes da Rocha Madahil

DATAS

19?? - 1960

NÍVEL DE DESCRIÇÃO

Fundo / arquivo

DIMENSÃO

23 m.l.

SUPORTE

Papel; poliéster

PRODUTOR

António Gomes da Rocha Madahil

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

António Gomes da Rocha Madahil nasceu em Ílhavo 10 de dezembro de 1893 e faleceu em Lisboa a 27 de junho de 1969.

Estudou no liceu Nacional de Aveiro, tendo continuado os estudos na Universidade de Coimbra. Começou no curso de Direito e continuou em Letras.

Em termos profissionais, foi responsável pela organização da biblioteca do Liceu José Falcão. Em 1927 tomou posse como primeiro conservador da Biblioteca Geral da UC ficando a seu cargo as secções de "manuscritos" e "reservados".

Entre 1932 e 1952 foi Conservador do Arquivo e do Museu de Arte da Universidade de Coimbra.

Nos anos trinta deu também o seu contributo como Conservador-ajudante no Museu Machado de Castro. Rocha Madahil foi um dos grandes impulsionadores do Museu de Ílhavo, tendo sido seu Diretor entre 1934 e 1969. Publicou várias obras, uma das quais: "Etnografia e história – bases para a organização de um museu municipal de Ílhavo (1933).

Votado aos estudos de investigação relativos à região de Aveiro. Reuniu documentos e estudos de grande importância para a memória cultural, na revista Arquivo do Distrito de Aveiro, entre outras. Foi bolseiro do Instituto de Alta Cultura para o estudo da interferência da pirataria argelina nas navegações portuguesas, de 1951 a 1953. Foi nomeado para o cargo de Diretor da Biblioteca e Arquivo do Distrito de Braga.

A obra foi prolífera e variada, abrangeu domínios diversos como a história, a etnografia, a arqueologia, a iconografia e a heráldica. Foi também colecionador.

O Arquivo António Gomes da Rocha Madahil trata-se de uma doação efetuada pelo próprio e pelo seu filho ao Museu e comporta documentação recolhida no âmbito das investigações e interesses que fazia e que detinha.

CONDIÇÕES DE ACESSO

O acesso a estes documentos rege-se pelo regulamento arquivístico em vigor.

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO

Guia

DATA DE DESCRIÇÃO

2014

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA

O Fundo foi sendo doado pelo próprio durante a sua vigência como Diretor do Museu Marítimo de Ílhavo e pelo filho após o seu falecimento.

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA

Pelo próprio durante o desempenho das suas funções como diretor e por familiares.

ÂMBITO E CONTEÚDO

O Fundo comporta documentos pessoais, textos assinados pelo próprio e por outros, documentação ligada às investigações, apontamentos e transcrições manuscritas, obras autografadas, edições do autor, monografias, publicações periódicas, postais, cartazes, fotografias, negativos e correspondência.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

Este arquivo encontra-se organizado por número de referência.

NOTA DO ARQUIVISTA

As datas extremas apresentadas são datas aproximadas, visto que ainda não se efetuou o recenseamento da documentação.

ÂMBITO E CONTEÚDO

A coleção é constituída por diários manuscritos de viagens da pesca do bacalhau e de comércio, de navios como Santa Joana, São Jorge, Neptuno, Turuna, Altair, Lutador, Brites, José Alberto, entre outros.

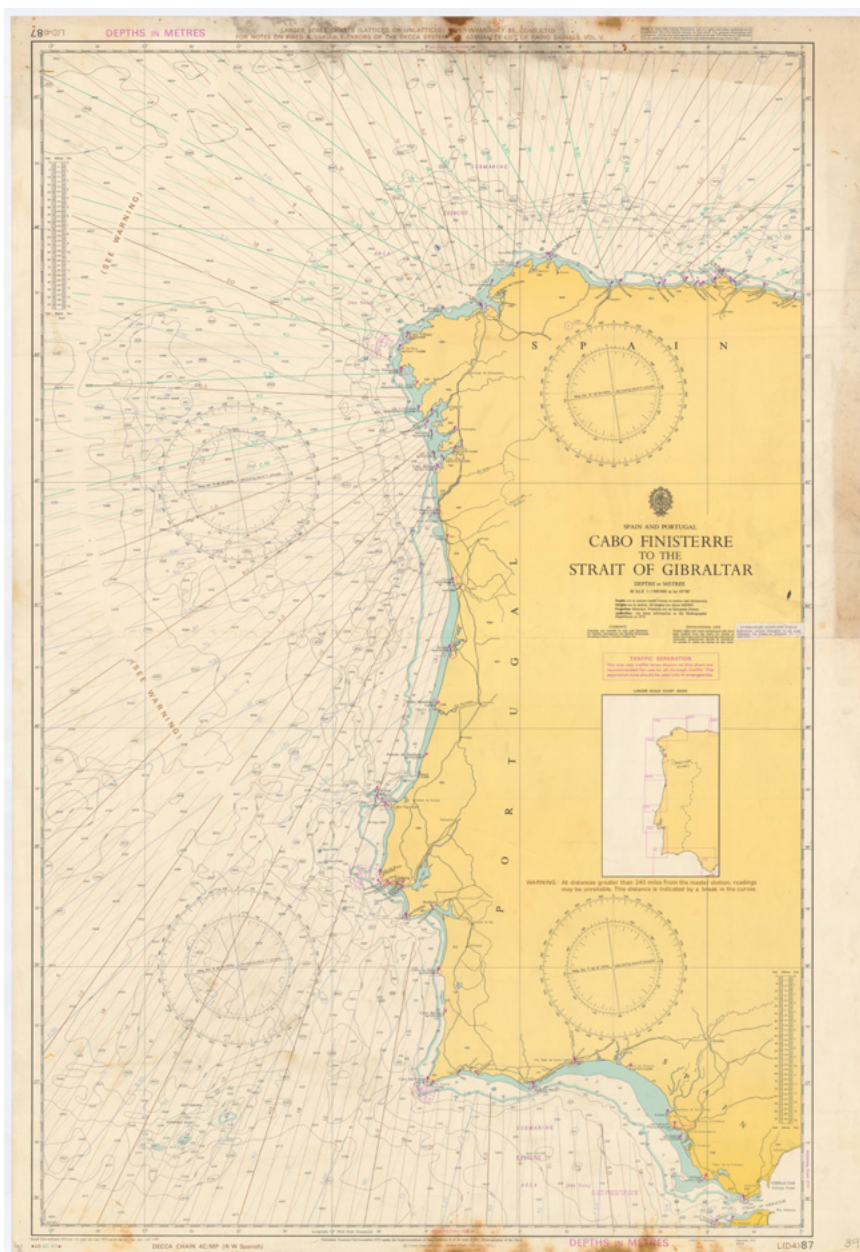
SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

Onomástico ordenado pelo nome dos navios

NOTA DO ARQUIVISTA:

A coleção está integralmente digitalizada em formatos Tif e Jpg.

19. Cartas náuticas (CN)



CÓDIGO DE REFERÊNCIA
PT/CDI/CN

TÍTULO
Cartas náuticas

DATAS
1849-1981

NÍVEL DE DESCRIÇÃO
Coleção.

DIMENSÃO
20 gv.

SUPORTE
Papel.

PRODUTOR
Desconhecidos; diversos.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA
Cartas ou mapas náuticos consistem em representações gráficas planas de uma área náutica, podendo apresentar em conjunto as regiões costeiras adjacentes à área náutica e são o equivalente marítimo dos mapas terrestres, são as descendentes dos portulanos. Dependendo da escala, pode ter detalhes tanto do relevo da costa, como do relevo aquático, além de outras

informações, como edificações, vegetação, infraestrutura e pontos relevantes da costa. Carta náutica, carta de marear, carta hidrográfica, cartas gerais, de rotas, de navegação costeira ou de aproximação, de navegação em áreas restritas.

CONDIÇÕES DE ACESSO

O acesso a estes documentos rege-se pelo regulamento arquivístico em vigor.

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO

Guia.

DATA DE DESCRIÇÃO

2014

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA

Estes documentos foram sendo ofertados ao Museu Marítimo de Ílhavo por capitães, empresas, familiares de marítimos.

ÂMBITO E CONTEÚDO

A coleção comporta cartas hidrográficas, cartas de apoio à pesca, cartas de vento e cartas de correntes marítimas.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

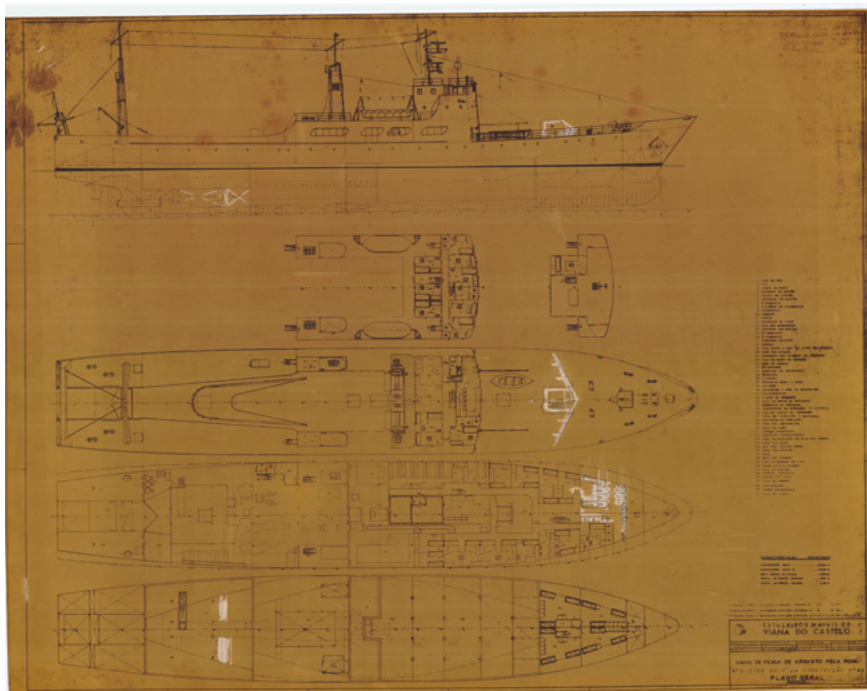
Os documentos estão organizados por ordem numérica de acordo com o seu código de referência/inventário atribuído.

NOTA DO ARQUIVISTA

A documentação encontra-se em processo de digitalização.

20. Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC)

Arrastão Santa Isabel

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA**

PT/CDI/ENVC

TÍTULO

Estaleiros Navais de Viana do Castelo

DATAS

1944-

NÍVEL DE DESCRIÇÃO

Fundo/Arquivo

DIMENSÃO

Indeterminada

SUPORTE

Papel

PRODUTOR

Estaleiros Navais de Viana do Castelo

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

Os Estaleiros Navais de Viana do Castelo foram criados por escritura pública de 3 de junho de 1944,

com o objetivo de desenvolver e modernizar a frota de pesca portuguesa. Foi criada como sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada, a qual tinha como objeto a indústria de construção naval.

Em 1949, por escritura pública de 30 de maio, a empresa foi transformada em Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, passando a designar-se por Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.R.L. O seu objeto passou a ser a exploração da Indústria e Comércio de Construção Navais e atividades correlativas, apesar de poder explorar outros comércios e indústrias mediante o parecer positivo do Conselho Fiscal.

Num contexto de pós-revolução de abril, os estaleiros foram nacionalizados através do Decreto-Lei nº 478/75, de 1 de setembro.

Em 17 de dezembro de 1976, pelo Decreto-Lei nº 850, foi criada a empresa pública Estaleiros Navais de Viana do Castelo, E.P., pessoa coletiva com personalidade jurídica, com património próprio e autonomia administrativa e financeira.

Os estaleiros passaram a ter por principal objeto a indústria de construção e reparação naval, podendo laborar na metalurgia, metalomecânica e outros, caso fossem de interesse para a empresa. Em termos de tutela, a empresa pertencia ao Ministério da Indústria e Tecnologia.

Em 1991, pelo Decreto-Lei nº 55, de 26 de janeiro, a empresa foi transformada em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos, passando a designar-se por Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A..

Em 2005, a sociedade *holding* do estado para as indústrias da defesa, EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa, S.A., passa a deter 100% das acções da ENVC, S.A.

Em 2012, através do Decreto-Lei nº 186, de 13 de agosto, foi aprovado o processo de reprivatização do capital social dos Estaleiros.

Quase um ano depois, a Resolução do Conselho de Ministros nº 86/2013, de 10 de dezembro declarou os Estaleiros de Viana do Castelo, S.A., em situação económica difícil com prejuízos avultados.

Em 10 de janeiro de 2014 os estaleiros entraram em processo de extinção, com a assinatura do contrato entre o Governo e o Grupo Martifer, de subconcessão dos estaleiros até 2031.

A West Sea, empresa criada pelo Grupo Martifer, para gerir a subconcessão dos estaleiros, assumiu a concessão dos terrenos e infraestruturas da empresa no dia 2 de maio de 2014.

Em 5 de maio de 2015, foi empossada a Comissão Liquidatária que extinguirá os Estaleiros até ao final do mês de agosto.

Os Estaleiros Navais de Viana construíram mais de duas centenas de embarcações, nomeadamente batelões, rebocadores, ferryboats, navios de pesca, porta-contentores, entre outros.

O “Senhor dos Mareantes”, o “Senhor das Candeias” e o “São Gonçalinho” foram navios de pesca do bacalhau construídos pela empresa.

Entre 1944 e 1974, 90% das embarcações produzidas eram para armadores nacionais. Na segunda metade da década de 70 e anos 80, a URSS eram o principal mercado da empresa.

CONDIÇÕES DE ACESSO

O acesso a estes documentos rege-se pelo regulamento arquivístico em vigor.

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO

Guia

DATA DE DESCRIÇÃO

2015

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA

Em 21 de abril de 2014 foi assinado o protocolo de cedência temporária, a título gratuito, do espólio físico e documental dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo ao Município de Ílhavo, o qual foi efetivado com o termo de entrega e receção a 21 de novembro do mesmo ano.

ÂMBITO E CONTEÚDO

O espólio cedido pelos ENVA baseia-se essencialmente em processos de construção, alteração ou reparação de embarcações.

As embarcações cujos processos constituem o espólio são os seguintes:

- arrastões: Senhor dos Mareantes, Senhora das Candeias, S. Gonçalinho, João Martins, Sra. da Boa Viagem, Praia do Restelo, Alcaide, N. Sra. da Victória, Vagbingur, S. Rafael, Leivur Ossursson, Goraz, Praia da Ericeira, Ilha S. Nicolau, Maria Teixeira Vilarinho, Cidade de Aveiro, Zargo, Patudo, Luís Ferreira de Carvalho, Elisabeth, Sta. Isabel, Praia de Santa Cruz, Murtosa, Murtosa, Praia de Âncora, Praia de Buarcos, Praia do Restelo.
- ferry- boats: Estremadura, Algarve;
- rebocador: Monte Crasto,
- embarcações de pesca artesanal: Verde Milho, Vista Alegre.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

Inexistente.

NOTA DO ARQUIVISTA

Documentação não tratada arquivisticamente.